

# Governo parte pra intimidação

Segundo o senador Paulo Brossard, vice do general Euler Bentes, a onda já atinge proporções extraordinárias, assenelando-se a "expedientes utilizados pela Alemanha nazista". São as cartas anônimas, os boatos, as circulares do Centro de Informações do Exército - CIEEX - contra Euler (Pág. 3). Noutra frente, a ameaça do Ministro Arnaldo Prieto em cima dos Sindicatos (Pág. 5). Enquanto isso as bombas terroristas da extrema direita continuam explodindo, praticamente acobertadas pelo governo que deixa seus autores em completa impunidade (Pág. 8).

## EM TEMPO!

SEMANÁRIO NACIONAL - NÚMERO 29 - Cr\$ 10,00 - 18/24 DE SETEMBRO DE 1978



Questão sucessória, questão militar: Um debate sobre as candidaturas Figueiredo e Euler Bentes. "O Alto Comando segura as pontas" - entrevista com o historiador Nelson Werneck Sodré. "Uma tentação para a burguesia" - entrevista com o professor Bresser Pereira (pág. 3).

# CIA TENTA DOMINAR SINDICATOS



João Paulo Pires de Vasconcelos, o combativo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, Minas, garante que a Agência Central de Informações, a famosa CIA do governo norte americano, está agindo no Brasil, com o objetivo de domar as lideranças sindicais e controlar o movimento operário. Nossos repórteres revelam toda a rede da intervenção imperialista e comprovam, com

farta documentação, a estratégia de formação e educação de dirigentes segundo a ideologia do sindicalismo norte-americano, de conciliação entre os patrões e os trabalhadores. Nada menos que sete milhões de dólares já foram aplicados nestes programas, que já duram quinze anos e ajudaram até a "desestabilizar" o governo de João Goulart, em 1964. É a primeira de uma série de duas reportagens. Págs. 6 e 7.

## NICARÁGUA

### Avança a insurreição armada

Os guerrilheiros sandinistas tentarão tomar Manágua, a capital do país. O ditador Anastasio Somoza, sua Guarda Nacional e os mercenários não estão conseguindo impedir o avanço da insurreição armada. Mas existe um plano de intervenção militar na Nicarágua, apoiado pelos Estados Unidos. Para onde vai a guerra civil? Pág. 12

## "Ingressamos na luta política"

Este é um dos saldos da ação de dirigentes sindicais autênticos que estiveram esta semana em Brasília para acompanhar o debate do pacote das reformas políticas, no Congresso Nacional. A frase é do presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, David Moraes, que revela a intenção do grupo em voltar à carga quando o Congresso for debater o decreto-lei 1632, que proíbe greves nos setores essenciais da economia. Pág. 5

## Comitês de anistia definem luta unitária

Pág. 11



## "Eu fui ao Festival de Cuba"

Mais de 20 mil jovens de todo o mundo estiveram no XI Festival Internacional da Juventude em Havana. Leia o relato de um dos participantes e algumas experiências de grupos de teatro que foram à Ilha. Pág. 9

# GERAIS

## O povo? Ora, azar dêle! Intelectuais e artistas apoiam Fernando Henrique contra a impugnação

Não é outra a conclusão a se tirar da recente resposta do Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, quando indagado sobre o descontentamento atual sobre a alta dos preços. Segundo Simonsen, "o que poderia ser feito já foi, e agora o que resta são fatores da sorte e do azar".

Assim parece definitivamente enterrada a possibilidade da taxa de inflação deste ano ficar pelo menos próxima das projeções do Governo. Animado com o aparente êxito na redução da inflação em 1977 (38,6%) com relação a 1976 (46%), o governo projetou para 1978 uma inflação esperada de 33%, agora totalmente desacreditada pelos resultados verificados recentemente.

As expectativas otimistas geradas pela redução da taxa de inflação nos primeiros cinco meses deste ano (passou de 38% em janeiro para 35% em maio, medida em relação aos últimos 12 meses) deram lugar a um grande desaponto a partir daí. Em junho, a taxa recomeçou um ciclo ascendente atingindo em agosto cerca de 40,2%, nos últimos 12 meses, bem acima portanto das projeções para o corrente ano, como também da taxa verificada em 1977.

O Governo já confessou sua virtual incompetência e impotência diante do fato, jogando para o futuro, e para a roleta, as possibilidades de um êxito incerto.

Entretanto, parece bem claro que este ano não poderá fornecer sua tradicional desculpa para os insucessos no combate à inflação: a preservação de um ritmo razoável de crescimento.

Pelos dados divulgados na semana passada pelo IBGE, a taxa de crescimento da produção industrial vem

sendo gradativamente reduzida, confirmando um desaquecimento que se vislumbra desde o ano passado. A indústria brasileira vinha crescendo a mais de 7% ao ano até julho de 1977, crescimento que caiu para apenas 3,97% em julho (julho de 1977 a julho de 1978).

Estes fatos vêm se somar a alguns outros recentes, todos no sentido de mostrar a Simonsen que, ao contrário do que ele sempre disse, a condução da política econômica não é uma questão de competência técnica, mas de condições políticas determinadas. Ou seja, já não se fazem mais "Super Ministros" como antes.

Em maio de 1977 o general Geisel com muita pompa transferia a Simonsen enormes poderes para a condução do alegado "combate à inflação". Na época a imprensa tratou o fato como a unção de mais um Super Ministro. Mas passados os tempos, tais poderes não valeram coisa alguma. As explicações mudaram, mas a coisa permanece. Em 1974, com uma inflação de 34%, a culpa foi debitada à situação internacional conturbada pelo preço do petróleo; em 1975 ela diminuiu para 29,4% e a "natureza" é a grande culpada nos discursos oficiais, através das quedas em colheitas agrícolas, em 1976 a inflação pula para 46,3% e a explicação foi a política de crédito fácil para recuperar o perigo de recessão ao longo de 1975 estando o Governo consciente do ônus inflacionário que daí poderia advir; e finalmente em 1977 a alta dos preços fica em 38,8%, e o governo explica através do mero somatório das explicações anteriores: "uma conjunção de fatores monetários, fiscais, autônomos e de realimentação".

Agora, para 1978, diante das perspectivas ingratas, Simonsen resolve despedir-se de sua experiência ministerial, abusando da boa vontade de quem quer que queira entender suas explicações: "tudo que podia ser feito já foi, e agora o que resta são fatores da sorte e do azar".

O cinismo e o desprezo pela opinião pública e pelo povo são levados ao paroxismo. Mas também não poderia ser outra a atitude da qual ele ao fim de seu mandato acumulou um brilhante saldo de insucessos: o MOBRAF, do qual foi presidente antes de ser Ministro é agora contestado pelos dados do próprio IBGE, que revelam um significativo aumento do analfabetismo; a dívida externa do país explode a níveis de 40 bilhões de dólares, as autoridades monetárias são pegas pelo rabo na sua operação de desviar recursos do PIS para tapar os rombos do sistema financeiro causados pelo favoritismo desviado a grupos privados insolventes; os juros do sistema financeiro, excomungados hoje por todos, excento os banqueiros como o próprio Simonsen, galopam assustadoramente para as alturas; e finalmente são vários os casos de corrupção praticados pelo primeiro escalão, incluindo aí também o "Super Ministro".

Assim, não é de se espantar que no último dia 12, Simonsen tenha se recusado a comparecer à CPI que investiga a falsificação dos índices de custo de vida de 1973, revelação que detonou a famosa campanha pela reposição. Seria muita ousadia do Ministro, sobretudo numa semana em que vários sindicatos estão de plantão no Congresso Nacional.

Intelectuais e artistas de São Paulo estão convidando a imprensa para um encontro no próximo dia 18, no Teatro Nidia Licia, em defesa da candidatura de Fernando Henrique Cardoso ao Senado. Enquanto isso, anuncia-se que até o dia 20 irá a julgamento no Tribunal Regional Eleitoral o pedido de impugnação de Fernando Henrique, requerido pelo procurador Brenha Ribeiro, mas seus advogados já prepararam a contestação do ato e estão convictos da elegibilidade do candidato pelo MDB. Os advogados Arnaldo Malheiros Filho e Octavio Prado argumentam que do ponto-de-vista legal a impugnação não tem o menor cabimento.

De qualquer modo, a atitude atual dos intelectuais e artistas visa, particularmente, manifestar solidariedade ao candidato no momento em que sua elegibilidade se encontra sob questionamento no TRE. Ao convocar a imprensa para o encontro de segunda-feira, eles distribuíram a seguinte carta aberta:

"Seguros de interpretar a muitos, tomamos a iniciativa de convidar o povo de São

Paulo para um pronunciamento coletivo em favor da candidatura do professor Fernando Henrique Cardoso ao Senado Federal. Seu passado e a sua presença nas lutas de hoje pela democratização do país, bem como a acolhida que sua pregação vem encontrando nos mais representativos setores da população deste Estado, demonstram quanto necessária é a sua eleição para o Senado neste momento tão difícil de nossa História. A reunião pública de apoio a Fernando Henrique realizar-se-á nesta cidade, no dia 18 de setembro, às 20h 30m, no Teatro Nidia Licia, à rua Domingos de Moraes, nº 2.968". Assinam: Florestan Fernandes, Chico Buarque, Antônio Cândido, Mário Schemberg, Paulo Duarte, Francisco Welfort, José Eduardo de Faro Freire, Lélia Abramo, Cândido Proença, Chico de Oliveira, Regina Duarte, Hélio Bicudo, Lygia Fagundes Teles, Sérgio Buarque de Holanda, Plínio de Arruda Sampaio, Cláudio Abramo, Gianfrancesco Guarnieri, Renato Consorte, Almino Afonso e José Ignácio Botelho de Mesquita.

# União e Olho Vivo

Cuba, Bolívia, Panamá, Peru e Equador já viram. Agora é a vez de São Paulo.



**GRAMMA - HAVANA** - 12/08/78: "A temporada do Teatro União e Olho Vivo se revestiu do maior êxito, foram realizadas dez apresentações, algumas delas em praça pública e com intensa participação popular".

**EL DEBER - SANTA CRUZ DE LA SIERRA** 23/07/78: "O espetáculo Unidade e Ojo Atento foi acompanhado pelo público que lotou a Casa da Cultura com grande participação, tendo retribuído ao

trabalho do Teatro União e Olho Vivo com demorados aplausos finais".

**LA ESTRELLA DE PANAMÁ** 14/08/78: "Após a apresentação de ontem o grupo brasileiro União e Olho Vivo se coloca, sem sombra de dúvida, como a principal atração da "EX-PO-PROCESSO 78" da cidade do Panamá".

São comentários de jornais de Cuba, Bolívia e Panamá sobre o mais novo espetáculo do grupo paulista União e Olho Vivo, durante sua recente passagem

por aqueles países (além do Peru e Equador). O espetáculo, um show ainda inédito no Brasil, intitulase "Unidad Y Ojo Atento".

No próximo dia 9 de outubro, o trabalho terá sua estréia em São Paulo, às 21h, no Circo dos Bancários (Av. Voluntários da Pátria, 547), numa única apresentação em solidariedade aos jornais Versus e EM TEMPO. Reservas de convite: fones 280-4759 e 853-6680.

## Bancários gaúchos em eleições sindicais

Durante cinco dias, de 18 a 22 deste mês, os sete mil bancários de Porto Alegre estarão votando para eleger a nova diretoria do seu sindicato, disputada por duas chapas. Uma delas, a de número 1, é encabeçada por Olivio Dutra, atual presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, e que se propõe a continuar o trabalho de mobilização realizado até agora. A outra, de número dois, pela oposição, se caracteriza pela preocupação de retomar a função assistencial do sindicato.

Numa clara demonstração da importância política dos sindicatos - aspecto do sindicalismo constantemente negado pelas áreas governamentais - a chapa de oposição, que justamente critica a relação que tem sido estabelecida entre as lutas dos bancários e da população em geral, se compõe entre outras, de dois empregados da Secretaria do Trabalho e Assistência Social e três integrantes da Arena, um deles o presidente do Setor Trabalhista da Arena, José Reis de Castro, considerado

o ideólogo desta oposição.

Num panfleto onde é justificada a existência da oposição, esta chapa que tem como candidato à presidência Sidnei Arpini, se limita a fazer críticas pessoais a Olivio Dutra, não conseguindo dizer o que é exatamente seu programa de trabalho. A situação, responde a este panfleto, o considero faccioso, vasio e mentiroso e convocou a oposição para um debate público, ao qual a chapa de oposição tem se negado inúmeras vezes. "Os companheiros parecem preferir a mentira e a difamação em lugar de enfrentar a categoria para dizer a que vieram", diz a situação, lembrando também que "O Sindicato dos Bancários sempre esteve integrado nas lutas e reivindicações comunitárias. Não é de hoje que as causas populares são preocupações de nossa entidade. Também não é de hoje que setores minoritários, mais ligados ao oficialismo e ao patronato do que à própria categoria, tentam isolar nosso sindicato do resto da população assalariada".

Mas a preocupação da atual diretoria e da chapa de situação não é a de se limitar a combater a oposição. Mais importante do que isto é promover debates e tornar conhecidos os principais pontos de seu programa. A revogação da atual estrutura sindical, com uma consulta a todos os trabalhadores, é o princípio básico dos atuais dirigentes, também para a próxima gestão. Como isso objetivam a liberdade e autonomia sindical (um sindicato como entidade de direito privado e o fim da contribuição Imposto Sindical); o direito de greve; negociação direta entre empregados e empregadores, convenções coletivas de trabalho que substituam e superem a própria CLT; a revogação da política de arrocho salarial e a organização dos assalariados em um partido genuinamente seu que, respeitando a liberdade e autonomia dos sindicatos, seja um novo e efetivo instrumento da participação dos trabalhadores na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

# FINAIS

**MOSTRA** - Visando divulgar o maior número possível de publicações independentes e debater a função do jornalismo e da literatura no Brasil de hoje, a Casa do Estudante Universitário e o Comitê de Imprensa Independente do Rio de Janeiro farão, de 18 a 27 de setembro, a Mostra de Publicações Independentes. Do programa, além de debates, constam exposições e vendas de jornais e revistas. No dia 18, o debate será sobre Jornalismo Independente e o atual momento político; no dia 25 sobre literatura Independente e Política Literária (sempre às 20h, na Av. Rui Barbosa, 762, Flamengo).

**JORNALISTAS** - Os jornalistas de Porto Alegre estão lutando por 20% de aumento, a partir de 1º de setembro. A resposta dos patrões foi um simples não, justificado pela falta de condições financeiras das empresas para absorver este acréscimo de despesas. Após a negativa patronal, os jornalistas mantiveram diversas assembleias seguidas de prolongadas reuniões nos licas de trabalho, caracterizando claramente uma paralisação do serviço. A proposta de encaminhamento de uma possível greve foi decidida numa assembleia de toda a categoria, que reuniu cerca de 250 dos 900 profissionais da capital gaúcha.

**PROFESSOR** - A demissão do professor de Sociologia e Ciências Políticas, Michel Misse, do curso de Comunicação da Faculdade Estácio de Sá, no Rio, está causando muita polêmica. Apesar dos protestos formais feitos pelos alunos, num abaixo assinado com 309 assinaturas, a direção da faculdade não se pronunciou a respeito.

Pelo que se pode apurar, duas foram as causas reais primeiro, o professor Misse teria sido demitido por sugerir a criação de dois conselhos de representação - um de professores e outro de alunos. Outra hipótese provável foi a crítica e a sua recusa em ministrar um curso para

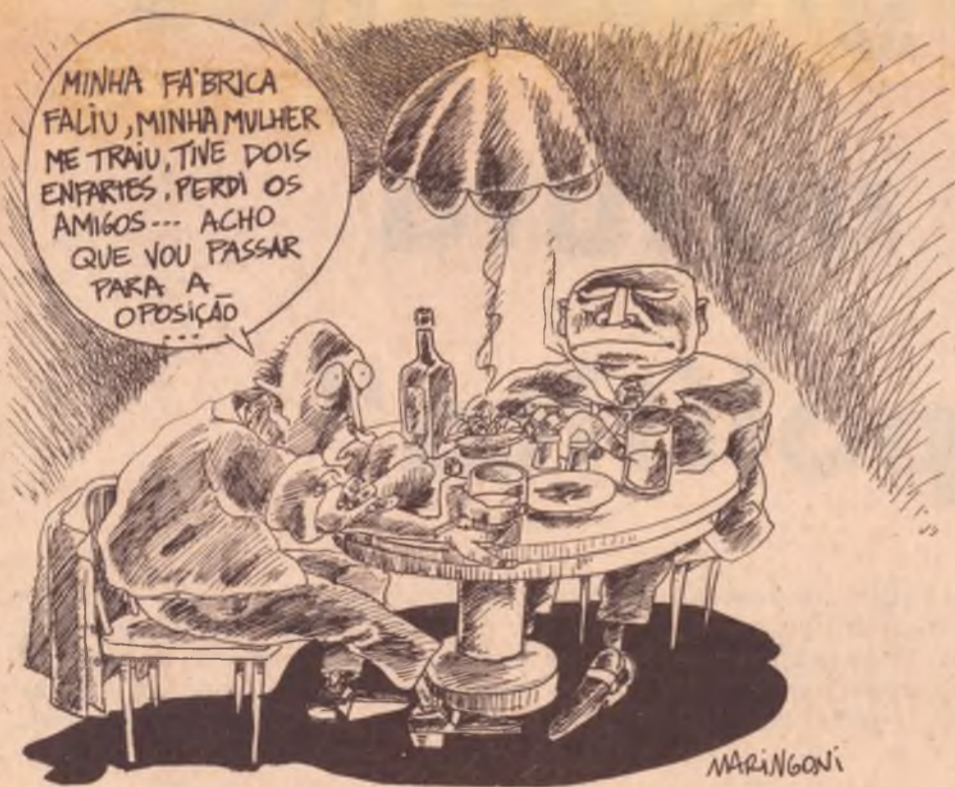
alunos que se preparavam para um concurso de censores para a Polícia Federal.

**ESTUDANTES** - Os 2 mil alunos da Universidade Católica de Minas Gerais, do campus de Coronel Fabriciano, município localizado no Vale do Aço, interior de Minas, estão em greve geral desde o dia 30 de agosto. Entre as várias reivindicações os estudantes mineiros exigem a modificação no sistema de ensino, no sistema de horário (hoje os horários são todos fantasmagóricos), liberação de verbas, melhoria geral de ensino, preparação e presença obrigatória dos professores. Estão paralisados os cursos de engenharia, administração e ciências

**CULTURA** - Repensar a cultura. Essa é a proposta do Curso de Extensão Universitária sobre a Questão da Cultura Popular, que começa no próximo dia 26 na Universidade Católica - PUC - de São Paulo, numa promoção conjunta com o centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC.

Entre os conferencistas convidados já confirmaram participação Francisco Welfort, Eunice Durhan, Manoel Berlink, Roberto Schwartz e Carmen Andrade. Os debates e conferências serão em três terças-feiras, de 20 às 23h, até dezembro. Inscrições no CEDEC, rua Monte Alegre, 977 - fone 263-02-11.

**OPERÁRIOS** - Os operários da Fiat (ex-FNM) estão incomformados com as últimas negociações feitas entre o sindicato da classe e os patrões que culminou com a assinatura da homologação, semana passada. Segundo os metalúrgicos da fábrica de Caxias, as reivindicações mais importantes da classe não foram sequer discutidas. As reivindicações foram colocadas na gaveta para serem discutidas daqui a 90 dias, proposta feita pelo sindicato dos metalúrgicos do Rio e aceita pelos patrões.



## Professores: agora é a vez da rede particular.

Professores de aproximadamente 20 escolas da rede particular de ensino de São Paulo, paralisaram suas aulas no dia 14, em apoio ao movimento dos professores da rede oficial. Mesmo com a decisão de voltar às aulas do professorado do Estado, os professores da rede particular consideraram importante a greve em solidariedade, pois "a luta continua".

Encerrando o dia, mais de 100 professores se reuniram, com o objetivo de dar um balanço da paralisação e discutir, especificamente, a questão salarial e das condições de trabalho e ensino na rede particular. O balanço revelou que as discussões se deram nas salas de aula, com os alunos e entre professores, por escola. Onde foi possível, os professores fize-

ram uma carta aos pais, explicando o motivo da paralisação e ressaltando a importância de seu apoio. Discutiram, ainda, o encaminhamento da reivindicação salarial, com o objetivo de unificar todos os professores da rede particular.

Estiveram presentes nessa reunião, representantes do Comando Geral de Greve - atual comissão pró-entidade única dos professores da rede oficial - que fizeram uma apresentação dos próximos passos do movimento (ver reportagem na página 4). Relataram, ainda, um saldo altamente positivo nas reuniões das escolas no 1º dia de volta às aulas, prometendo uma vigorosa retomada do movimento, para garantir sua continuidade.

Nessa mesma reunião, foi dada um informe sobre a impugnação da Chapa 2 - de oposição ao Sindicato dos Professores de São Paulo - que havia sido pedida por representantes da Chapa 1 alegando, de acordo com o informante, razões de ordem burocrática, tais como: menos de seis meses de atividades, ou menos de dois anos de exercício na base territorial do Sindicato, por parte de membros da chapa de oposição.

Com base na própria lei, e afirmando que os requisitos estariam cumpridos na data das eleições, a oposição ainda tem esperanças de concorrer às eleições. Para isto, brevemente, devem entrar com um mandato de segurança, junto à Delegacia Regional do Trabalho.

**CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO** Aluísio Marques, Álvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares, Guis, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Paul Angiada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente) Sulpentes Carlos Tibúrcio, Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

**DIRETORES:** Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente).

Secretário de Redação: Carlos Moreira.  
Produção e Secretária Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.

Editor-Geral: Jorge Baptista.

**EDITORES:** Internacionais: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos, Lionel Almeida (sub-editores), Aluísio José Marques, Altair Moreira, Cecília Tompsett, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Maria Cristina

Pfeau, Marneide Oliveira, Marion Frank, Suzana, Nacional: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Flávia Resende, Geraldo Nascimento, José Luiz, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Cultura: Aquinaldo Meyer, Arnaldo Xavier, Cláudio Camargo, Edmur Gomes, Ethel Leon, Fátima Diniz, Flávio Aguiar, Gilberto Morgado, José Arrabal, Maria Rita Kehl, Mateus Sampaio, Nadine Haber, Paulo Nasser, Sérgio Ali, Sérgio Squitani, ARTISTAS: João Bosco L. Brandão, Sérgio L. Papi (diagramação), Beto Maringoni, Duto Bicalho, Siam, Martinéz, (ilustração); Ennio Brauns F., João Roberto Martins F., Niels Andreas (foto).

**Revisão** Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé  
**Arquivo-Pesquisa** Luis Gabriel, J. Moura Marinho, Maria Quitéria, Silvestre Prado, Rubens Adorno.

**SUBSCRIBAS:**

**Brasil:** (SCS - Edifício Marietela, s/1103): Luiz Carlos Marina Juares; Recife (R. Antão Falcão, 127 - Frações): Sérgio de Souza, Cecy Prestelito, Orlando Miranda (coordenação); Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Sacralto, Alziria Me-

deros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira, (administração); Belo Horizonte (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe de sucursal), Edgar de Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélis Santos, Matzê Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Garcia, Paulo Vilari, Ricardo Rabeiro, Sérgio Assapan, Virginia Pinheiro (redação); Marizá Araújo, (administração); Curitiba (R. José José Loureiro, s/1203 - Edifício Mauá); Rio de Janeiro (R. de Lapa, 200 s/408): Adauto Novais, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Haselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Menezes, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Merelles, Lúcia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Araújo Reis, Margarida Auran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Oriundo Guillon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas.

**ESCRITÓRIOS:** Aracaju (SE): David Dantas, Campinas (SP): Fátima Barbosa, Rinaldo Barros, Florianópolis (SC): Fernando Vidal, João Sampaio, José Adelino, Pernambuco (PE): Fausto Aguiar (coordenação), Genivaldo de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos, José Saraiva Jr., Vinício de Araújo (administração e distribuição); João Pessoa (PB): Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos, Natal (RN): Cicero Correia, Francisco de Assis; ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silveira, Edvard Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Jesus Veres, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto Marcondes Piccini (São Paulo); Arnaldo Afonso Barbosa (Belo Horizonte), Adelmio Oliveira (Salvador). Diretor-Responsável: Robinson Ayres. **EM TEMPO** é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680. Composição e impressão nas oficinas da PAT-Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Telefones: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

## AJUDE EM TEMPO A SEGURAR O ROJÃO!

Bomba à mineira, não. Tutu, sim. Em Tempo não se intimida com os atentados que vem sofrendo. Mas, bombas ajudam a causar rombos no orçamento. Dê uma força para a imprensa combativa e independente. Faça uma assinatura de Em Tempo, ou convença os amigos.

Ajuda um jornal malcriado a continuar jogando francelino no ventilador.

# Assine EM TEMPO:

Nome ..... Profissão .....

Endereço ..... Bairro .....

Fone ..... Cidade ..... Estado ..... CEP .....

Erd. Comercial ..... Horário ..... Fone .....

Estou enviando o cheque nº ..... do Banco ..... em nome da Editora Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Mateus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415. Fone 853-6680.

**Anual Cr\$ 500,00** **Semestral Cr\$ 250,00**



# A CRISE SUCESSÓRIA

Os fatos políticos e militares que escaparam ao público nos últimos dias, por descuido ou interesse de órgãos governamentais, deixaram mais evidente ainda a crise do regime (e o isolamento do grupo do Planalto). No centro do palco, a questão sucessória, alimentando divergências e dissidências entre as altas cúpulas, leva as tensões ao limite, num momento em que tudo parece caminhar para um desfecho - ainda que parcial - no próximo dia 15 de outubro, quando da escolha entre Euler e Figueiredo.

Aliás, a questão sucessória sempre foi questão problemática para os governos posteriores a 1964, a tal ponto que, apesar de todos os recursos do autoritarismo, nem Castelo, nem Costa e Silva, nem Médice, lograram conseguir fazer o sucessor que desejavam. São os tropeços autoritários atingindo os agentes do próprio autoritarismo.

Geisel - Golberi & Cia. pretendem agora passar o bastão a Figueiredo. O chamado grupo do Planalto acredita - ou acreditava - ter amarrado completamente a jogada para chegar a um final feliz. Mas, de repente, estouram as ditas cizânias, expressão das discrepâncias de interesses entre os setores burgueses, os rachas e contra-rachas; e agora o fato consumado através da candidatura Euler Bentes.

Na semana passada, o novo toque de alerta foi dado pela notícia das circulares do CIEIX - Centro de Informações do Exército -, as quais atacavam o candidato Euler Bentes, com base num artigo de Adirson de Barros ("Última Hora", Rio). As circulares, que deveriam ser lidas por comandantes militares como ordens-do-dia a seus subordinados, identificam Euler como "conduto do radicalismo de esquerda", numa clara intenção de botar lenha na fogueira para torrar a candidatura do MDB naquelas áreas.

O Estado de S. Paulo, por exemplo, em editorial, classificou o fato como "sem precedentes na história recente do País". E Euler, na quarta-feira, revelando outras provocações além dessas do CIEIX, como cartas anônimas contra sua candidatura quem têm circulado em meios militares e civis.

Seguro de suas forças, ou talvez desesperado, o general-candidato Euler foi enfático: "E para lá de evidente que há uma campanha intimidadora sobre pessoas, sobre o povo em geral, que visa, em primeiro lugar, criar e medo em todos os segmentos da sociedade que se empenham na luta pelo Estado de Direito. A portaria do Ministro do Trabalho faz parte deste jogo" (Folha de S. Paulo, 13/9). Portaria do Ministro do Trabalho: aqui outro lance recente que demonstra a maquiagem intimidatória do governo ante todo tipo de oposição. O Ministro Prieto, pela TV, tentou enquadrar os sindicalistas mais combativos numa disciplina de quartel, ameaçando que o governo "agirá com firmeza" (entenda-se: na lei ou na marra).

Sobre a escala de intimidação, o vice de Euler, senador Paulo Brossard, disse a EM TEMPO na última quarta-feira: "Temo que a coisa ganhe proporções extraordinárias. Não quero alimentar boatos, nem fazer previsões. Mas tudo isso, sem dúvida, tem semelhança com expedientes utilizados pela Alemanha nazista".

A seguir, a título de debate sobre tais questões, publicamos entrevistas com um pesquisador dos assuntos econômicos e políticos da conjuntura (professor Bresser Pereira) e um estudioso da problemática militar no Brasil (o historiador e general-reformado Nelsom Werneck Sodré).

## Figueiredo segundo Werneck Sodré:

# ALTO COMANDO SEGURA AS PONTAS

Nelson Werneck Sodré é um dos poucos intelectuais brasileiros que estuda a questão militar. General reformado, tem várias obras publicadas sobre temas da história do Brasil, entre elas "Memórias de um Soldado" (1967) e "História Militar do Brasil" (1970).

Na entrevista seguinte, concedida na quinta-feira passada, em sua residência no Rio de Janeiro, ele comenta a crise político-militar atual e suas tendências.

Sobre a hipótese de um terceiro nome como alternativa a Figueiredo e Euler, ele acha que "não existe hoje nenhuma possibilidade deste tipo, inclusive por uma questão de tempo." E afirma que o peso da hierarquia no exército tem alta relevância: "O Alto Comando não vai rachar de jeito nenhum".

Eis seu depoimento a Cecília Costa:

Como é que o senhor está vendo a situação atual das Forças Armadas, fase é dupla candidatura militar?

Haver dois candidatos militares é um fato novo no regime e denuncia uma coisa que é normal, ou seja, o direito dos militares escolherem um candidato independente daquele que lhes é imposto. Eu digo que isso é normal porque nada mais justo que haver possibilidade de opção. A população está erradamente acostumada ao candidato único, o que é ruim.

O que o senhor acha que as candidaturas, na realidade, representam?

A candidatura oficial representa a intenção de manter o regime tal qual é, com operação plástica. A candidatura não oficial representa o desejo de modificar o regime. Não vamos discutir em que profundidade.

O que o senhor acha da chamada "divisão" no Exército?

Não acho que exista uma cisão no Exército, pois, como já disse, é normal haver dois candidatos. Anormalidade vem sendo encarada como um fato escandaloso. Isso é típico da atual situação política brasileira.

O senhor considera que o general Euler está defendendo as suas posições, ou o programa do MDB, que teria lhe sido imposto, em virtude da legenda necessária a que ele se tornasse candidato?

Em política, não importa se o candidato é sincero, ou não. Mas o programa que está defendendo, isto sim, é essencial. Euler Bentes, politicamente, representa uma intenção de modificação do regime. Logo não faz sentido entrar no campo ético. O que vale mesmo, o que deve ser levado em conta, é sua figura política.

Como é que se poderia comparar esta situação de hoje com outras anteriores, de 1945 por exemplo? E o senhor considera válida a hipótese de uma candidatura golpista?

As situações históricas não são comparáveis. A conjuntura é sempre diferente. Em 45, a conjuntura era muito favorável a democracia. Existiam também, e verdade, duas candidaturas militares, a de Dutra e a do Brigadeiro Eduardo Gompes. Duas candidaturas ruins, que representavam o desejo de não mudar o status quo. Hoje em dia, o que existe é um candidato como desejo expresso de mudança: o Euler. E vale frisar aqui o que também já afirmei: não estou discutindo o alcance da mudança que se propõe. Não acredito que nenhuma das duas candidaturas seja golpista. Porque são poucas, afinal de contas, as possibilidades de um golpe. Um dos candidatos está dentro do sistema. O outro, por sua vez, não tem as mínimas condições para dar uma demonstração de força. Não estou me referindo à questão dos "dois por cento" de apoio, nas Forças Armadas, que lhe foram atribuídos. Esses dois por cento significariam uma preferência eleitoral. Golpe é como eu disse: um ato de força. E quem tem força ainda é o candidato oficial. Portanto, não será necessário apelar para atos de força. Por outro lado, acredito que por parte do candidato não oficial, não exista sequer esta intenção.

Mas levando em conta que o regime se encontra em nítido processo de desgaste, e que é o regime que dá sustentação ao candidato oficial, o senhor acredita que esta força que ele possui ainda pode se manter?

Voce precisa levar em conta o peso da hierarquia que dentro do Exército tem extraordinária relevância. A oficialidade jovem, sem dúvida, já inspira, há algum tempo, por mudanças. Mas a oficialidade jovem sem os generais não faz nada. Os generais, por sua vez obedecem ao Alto Comando. E o Alto Comando não vai rachar de jeito nenhum. Está com o Figueiredo, foi todo constituído pelo atual Presidente, que também escolheu o candidato (oficial).

Mas, entre 1922 e 1930, não foram os "tenentes" que ajudaram a minar o aparelho do Poder?

Não podemos fazer comparações com situações de golpe do passado. 1964 tem um caráter inteiramente novo com relação a outros golpes dados no Brasil pelas Forças Armadas, às vezes até com caráter positivo. A intervenção era instantânea, ou muito rápida. Derrubava-se o governo estabelecido e voltava-se para os quartéis. A revolução de 1964 veio para ficar. Os militares daquela época se apropriaram do poder e por sua vontade ficaram com ele por mais 150 anos.

Qual a possibilidade do surgimento de um tertius nas próprias Forças Armadas?

Não existe hoje nenhuma possibilidade desse tipo. Inclusive por uma questão de tempo. A eleição ocorrerá daqui a um mês e a situação política do país ainda não se agravou a tal ponto que se tornasse necessária uma outra candidatura pacificadora, de dentro do próprio Exército. Tal agravamento poderia se dar depois desta data, mas já então sob a égide de Figueiredo, como Presidente eleito.

E a alternativa de uma candidatura civil? Poderia harmonizar as coisas?

Civil não tem vez. Sobre esta questão gostaria de deixar claro o seguinte. Não distingo entre civil e militar, para fins eleitorais, de candidatura. Poderíamos ter um candidato civil tão ruim quanto o oficial. Os candidatos não são ruins por serem militares. O di-



**"A oficialidade jovem sem os generais não faz nada; e estes não racham de jeito nenhum".**

mento de um tertius nas próprias Forças Armadas?

Não existe hoje nenhuma possibilidade desse tipo. Inclusive por uma questão de tempo. A eleição ocorrerá daqui a um mês e a situação política do país ainda não se agravou a tal ponto que se tornasse necessária uma outra candidatura pacificadora, de dentro do próprio Exército. Tal agravamento poderia se dar depois desta data, mas já então sob a égide de Figueiredo, como Presidente eleito.

E a alternativa de uma candidatura civil? Poderia harmonizar as coisas?

Civil não tem vez. Sobre esta questão gostaria de deixar claro o seguinte. Não distingo entre civil e militar, para fins eleitorais, de candidatura. Poderíamos ter um candidato civil tão ruim quanto o oficial. Os candidatos não são ruins por serem militares. O di-

lema militar x civil sonega a realidade brasileira. De qualquer modo, o jogo tem suas cartas marcadas: o povo não vota mesmo... Por outro lado, uma candidatura civil, no momento, não teria nenhuma possibilidade de governar o país. Poderá uma coisa numa democracia, inteiramente diferente do Poder que existe hoje, que só mantém pela força. A um candidato civil, mantido o atual regime, faltaria força.

Qual a avaliação mais geral que o senhor está fazendo da atual conjuntura que o país está atravessando? É mais para 45 ou mais para 37?

Nem para 45, nem para 37, há certamente, um debilitamento grande por parte do regime. Sua base política é, atualmente, bastante estreita. Numerosas forças que o apoiavam, dele se separaram, entrando a Oposição. Entre elas, boa parte do empresariado. O descontentamento é generalizado. Por outro lado, esse descontentamento ainda não gerou a homogeneidade necessária para uma modificação profunda na situação brasileira. Globalmente,

**"Figueiredo representa uma ligeira operação plástica no regime".**

Melhor solução para a burguesia seria Magalhães!"

Magalhães: não despertaria os temores que Euler traz de estatização e ou semelhança com os autênticos - coisa que aliás o governo tem sabido aproveitar em seu contra-ataque. Mas isto não é verdade, o Euler até agora não fez nenhuma promessa mais "revolucionária" aos trabalhadores, por exemplo. A democracia dele não será, seguramente, aquela com a qual muitos sonham. Mas a importância do respaldo militar para uma decisão alternativa no Colégio Eleitoral se tornou uma questão vital, e daí Magalhães saiu do páreo. Já o fato da burguesia não ter ainda se manifestado por Euler não é de se espantar. Pois esta classe não faz política partidária diretamente. Os empresários estão sempre juntos ao governo, porque lhes é necessário. A burguesia nunca se manifesta claramente. Há o setor dos capitalistas ativos que operam nos seus vários ramos, e a representação política que se dá através de seus representantes, os políticos, os jornais etc. Estes sim, embora poucos, têm se manifestado a favor de Euler.

Num outro plano, até que ponto uma democracia conseguiria no Brasil de hoje conter e equilibrar os con-

**"O episódio relevante eleição de 15 de novembro: será um plebiscito".**

nota-se nesse descontentamento generalizado duas componentes. A dos que desejam liquidar o regime e do que pensam, mas ao mesmo tempo, temem liquidá-lo.

Nesse segundo bloco, digamos assim, ainda esta o peso maior. O medo de que possa vir depois ainda é muito grande. Ou mais concretamente: enquanto a classe operária não entrar no palco, a qualidade do processo é uma. Com a participação dos trabalhadores, a qualidade passa a ser outra. Por isso tudo acho que o processo será muito longo e, provavelmente, tempestuoso. A mudança do regime, a abertura, a volta à democracia não serão para lá. Em resumo: não estamos na porta do paraíso. Teremos um longo período de purgatório. A duração desse período depende de nós todos.

Dentro da conjuntura que estamos vivendo, esse descontentamento a que o senhor se referiu, teria como causa principal a situação econômica

ca ou alguma outra causa mais geral, de caráter político?

O povo, em geral, está descontente por tudo, desde a não participação no processo político, até as questões econômicas, custo de vida, inflação, etc. Agora, existe também uma fração da burguesia, mais ligada à atividade industrial, que acompanhou o movimento de 64, e que depois, hoje, principalmente, não se mostra mais satisfeita, desde a estatização, até a preferência clara demonstrada pelo capital financeiro, etc. Daí a heterogeneidade das forças que constituem esse "descontentamento", praticamente, abrangendo todas as classes sociais do país. Vamos deixar claro que há dois tipos de mudança. Para o restabelecimento de um tipo de democracia, talvez mais avançado até que o que nasceu do processo de 45/46, podemos contar com uma fração burguesa "descontente". Outras mudanças, entretanto, mais radicais, não serão conduzidas senão pelas classes e setores sociais que nisso tiveram seus interesses bem claramente jogados. Não se pode ter ilusão de que uma classe venha a fazer uma revolução contra seus próprios interesses. O papel da classe operária, desde já, ganha uma grande importância.

E como o senhor está vendo a situação concreta, de consciência e organização, da classe operária, face a esta importância que a conjuntura já vai lhe exigindo? Como operários devem atuar?

Eu não tenho fórmula nenhuma para sugerir, sequer. A classe operária encontrará sozinho seus próprios caminhos. Os trabalhadores devem conquistar sua total autonomia, o que incluiu o afastamento da tutela Ministério do Trabalho. Mas isso não é receita. Eu não vou dar receita para uma classe. Acredito que, atualmente, o operariado brasileiro esteja muito mais maduro que na época anterior a 64. Até pelo próprio desenvolvimento do capitalismo em nosso país. Por isso ele terá condições de elaborar suas soluções.

A formação de novos partidos, no momento atual, o senhor acha que poderia auxiliar a marcha para a democracia, a organização dos operários?

Uma sociedade dividida em classes exige, naturalmente, pluripartidarismo. No caso brasileiro, trata-se mais de uma questão de oportunidade. Estamos em setembro de 1978. O instrumento é o MDB. Adiante, quando surgirem condições democráticas, o pluripartidarismo criará outras opções. É importante destacar, ainda nessa questão, é que 1978 transcende o fato da sucessão presidencial. Ou seja: dentro do horizonte do ano corrente, vivendo as preliminares do processo de redemocratização, o episódio relevante é a eleição de 15 de novembro, por possuir um sentido plebiscitário de condenação do regime.

## Euler segundo Bresser Pereira:

# UMA TENTATIVA PARA A BURGUESIA

Qual o significado - para a burguesia - das candidaturas Figueiredo e Euler? Quais os compromissos e limites de cada qual?

Estas questões, além das hipóteses de desdobramento da questão sucessória, são analisadas aqui por Luiz Carlos Bresser Pereira, professor de economia da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, autor de vários livros (entre eles, "Desenvolvimento e Crise no Brasil" e "Empresários e Administradores no Brasil", editados em 1968 e 1974).

Recentemente, baseado em suas pesquisas, Bresser Pereira vem publicando uma série de artigos sobre as relações entre burguesia e poder político no Brasil. Eis seu depoimento a EM TEMPO:

Em artigo recente, você defende a tese de que a alternativa Euler é a opção para que a burguesia conquiste sua hegemonia política. Você poderia resumir aqui o argumento...

Há um ano venho fazendo uma análise política que desde o pacote de abril se confirma inteiramente. Já escrevi uma série de artigos que saíram num livro. "O colapso da aliança de classes". A partir da desacerção econômica ficou patente que a crise política seria inevitável. A burguesia percebe que não é classe dirigente ape-

sar de ser dominante, pois a entrega do poder à tutela militar após 64, especialmente após 68, fez com que agora, em momentos de crise econômica, ela, a burguesia, sentisse que o poder se tornou cativo de uns poucos grupos. Por burguesia, entendo aqui alguns milhões de pessoas, em especial os setores médios e pequenos, pois os grandes grupos estão perfeitamente representados no Planalto. Para estes setores da burguesia aos quais me refiro, a democracia é hoje vital. A democracia é a forma clássica da burguesia conquistar sua hegemonia política plena; é através desta forma que ela, por ser uma classe muito grande e anárquica por natureza, como é a sua economia, divide o poder, se apossa dele, e faz a posse dele potencialmente viável aos vários de seus grupos. E é negável que hoje no Brasil é Euler quem oferece este caminho, e de forma alguma Figueiredo. A aliança da burguesia, tomada no seu conjunto, com a tecnoburocracia, está definitivamente rompidada.

Mas a trajetória da candidatura Euler, não apresentando até agora apoio significativo de setores da burguesia, não estaria a desmentir esta adequação de interesses que você defende?

Pode ser de fato que a burguesia tema a democracia prometida por Euler, vindo a se recompor em torno das reformas de Figueiredo. Mas esta ditadura moderada que poderá daí resultar terá inevitavelmente fôlego curto. É claro que o ideal para a burguesia seria

litos sociais que inevitavelmente eclodiriam num quadro mais aberto politicamente

De forma alguma concordo com o suposto dilema "fascismo ou socialismo". A realidade é mais dialética, e a prova está aí. Em primeiro lugar não vejo tanto radicalismo nas reivindicações que hoje começam a se ensaiar em diversos setores sociais oprimidos.

Depois, o desenvolvimento capitalista provou ser compatível com distribuição de renda pelo menos na medida do crescimento do progresso técnico; pelo menos, porque em determinadas conjunturas a burguesia aceita inclusive uma administrar este novo capitalismo, é possível que venham a surgir outros. A ameaça de um retorno populista não me parece de todo descartável, pelo contrário, parece ser uma tentação cada vez maior a muitos. Esta copatibilização de capitalismo com democracia ocorreu na Europa há mais de um século, e talvez possa agora ocorrer no Brasil. O problema também é que a burguesia no seu conjunto não tem alternativa senão esta, e ela também corre riscos em determinadas circunstâncias. O que ocorre é que a burguesia constrói tecnoburocracias que em seguida lhe marginalizam. Na medida em que a clas-

**"A ameaça de retorno populista não seria de todo descartável, pelo contrário..."**

burguesa se fortalece ela é obrigada a lançar mão de expedientes que em seguida cavam-lhe a sepultura. Este é o dilema. O que ela hoje quer é uma alternativa mesmo que de médio prazo, pois como disse Keynes, "a longo prazo todos estamos mortos".

Como você explicaria o fato de até agora o general Euler não ter apresentado um claro programa econômico, dando-se a confundir com Figueiredo neste plano?

É verdade que até agora ele só falou de generalidade. Por exemplo, na questão dos juros, simplesmente se mostrou contra a alta exagerada atual. Não formulou, por exemplo, a proposta de Saturnino Braga, com a qual concordo, de estatização do sistema financeiro como solução primeira para qualquer rearranjo econômico atual. Mas o general tem que ter prudência. Tanto porque ele este defronta com uma situação complexa, e de difícil solução, como porque também tem que se preocupar no momento com a necessidade de

ampliar a frente e recuperar o tempo perdido e o desgaste sofrido. Portanto, é tática a indefinição que você aponta. O importante agora é conquistar políticos e militares para sua proposta. Tanto isto é verdade que Figueiredo deixou de lado suas andanças desastrosas e estacionou em Brasília para conspirar.

Pulando para hoje, como você vê a campanha de intimidação do governo que Euler denunciou?

Euler e seu projeto democrático são uma boa alternativa hoje para a burguesia. Mesmo com os riscos, repito, pois isto faz parte do jogo democrático. A burguesia constrói a democracia mas não quer o controle absoluto sobre ela. Aliás, a democracia é construída por este processo algo caótico. Mas a burguesia tem a base material deste processo, e portanto não tem porque temê-lo como alguns querem crer. Bem, se a solução Euler é boa para a burguesia, ela é ideal para os militares. A imagem dos militares como possos de índole ruim, que querem fascitizar o país é caricaturalmente falsa. Eles são pessoas normais, e hoje estão interessados na democratização. Pois o exército entrou num processo de desmoralização e intenso desgaste com a ditadura, com a tortura e a repressão em geral e a corrupção, do qual os militares querem hoje se ver livres. Exceto a cúpula, que está comprometida com o governo, as Forças Armadas querem a volta da democracia. E para isto elas não têm dúvida de que Euler é o ideal, especialmente se comparado com Figueiredo.

Com saldos positivos na organização e na consciência, os professores paulistas terminam a greve, mas garantem que o movimento reivindicatório vai continuar.

## De volta ao quadro negro

Sem conseguir o atendimento das suas reivindicações principais, entre elas o aumento salarial de 27% imediato, os professores paulistas da rede pública de ensino, suspenderam no meio da semana a greve, que já durava 24 dias em mais de mil escolas espalhadas. Eles aprovaram uma carta aberta, na qual fazem uma avaliação crítica e apontam alguns limites do movimento. Mas concluem que valeu a pena paralisar o

trabalho, pelos saldos organizativos da categoria profissional, um contato maior com a população e o combate à política educacional do governo. Nesta matéria, uma entrevista com um dos professores que participaram do Comando Geral da Greve, Edgar Fernandes, da região do ABC, que apresenta uma análise e um histórico da greve.

Após vinte e quatro dias de greve, os professores da rede oficial de ensino paulista decidiram retornar ao trabalho. A decisão foi tomada numa assembleia realizada no dia 13, quarta-feira, com a participação de mais de cinco mil professores. Em "Carta Aberta à População", eles denunciam: "Esse tempo todo em que ficamos sem aulas, sem que as autoridades tenham tomado quaisquer medidas concretas para reverter a aflição de professores, pais e alunos, demonstra o menosprezo com que este Governo trata a Educação".

Diante deste descaso total das autoridades à Educação, o movimento grevista não foi suficiente para ver atendidas as reivindicações, esclareceram os professores. E mais: "Porque limitamos a nossa luta apenas a nós, professores, essa pressão não foi o bastante. Vemos, portanto, a necessidade de colocarmos à população que nossa luta por melhores condições de ensino é também dela. Que somente quando outros setores da população se unirem aos professores nessa luta veremos concretizados nossos ideais de uma escola gratuita e democrática, onde a liberdade de discussão entre professores e entre professores e alunos possibilitem uma visão crítica da sociedade e do mundo em que vivemos."

No balanço que fazem, os docentes deixaram claro "que retornamos às aulas com algumas derrotas, mas também com muitas vitórias." "Uma delas, a mais importante, é a organização do professorado e a abertura de um contato maior com a população. Para nós a greve, voltamos às salas de aula discutindo, debatendo, fortalecendo nosso união e organização para assim combatermos mais efetivamente a política educacional do Governo".

O movimento continua. Foram marcadas reuniões de pais e professores nas regionais e, no próximo dia 24, uma Assembleia Geral.

### O que foi a greve

EM TEMPO entrevistou Edgar Fernandes, professor e um dos representantes da região do ABC paulista no Comando Geral da Greve, que discute o movimento grevista, seus saldos e continuidade.

### Quais são os saldos do movimento grevista?

O movimento dos professores não teve início há 20 dias atrás. Ele existe há mais de dois anos. O movimento veio batalhando, lutando em torno de suas entidades. Ficou provado neste processo que as diretorias sindicais não representam o conjunto da categoria, chegando ao ponto, inclusive, de trair, quando foram contra o movimento grevista. O que temos de saldos: primeiro, o processo de unificação do conjunto dos professores. Há muito tempo os professores eram desacreditados, e era propalado que eles não tinham consciência de classe, não tinham união. A opção de greve se deu depois de tentativas de outras formas de luta, seja abaixo-assinados, memorias, com o que não conseguimos nossa reivindicações.

O professorado resolveu então optar pelo único instrumento que não só ele, mas todos os trabalhadores possuem, a greve, procurando conseguir o atendimento de suas reivindicações. Quando a gente fala em saldos, um deles é, sem discussão, consenso entre os professores: a sua união. Em segundo lugar, apontamos que, pela primeira vez, os professores conseguiram participar da elaboração do ante-projeto do Estatuto do Magistério, ou seja, do substitutivo que vai encaminhar cerca de oitenta emendas dos professores. Além disso, o professorado conseguiu dar um passo organizativo muito importante. Temos bem claro que este é o primeiro momento da luta em prol da conquista de nossas reivindicações. É bom ressaltar que os professores cresceram em organização. Quando conseguem núcleos por escolas, comissões regionais e o Comando Geral da Greve que é reconhecido por todos os professores.



### Como foi a reação da Direção dos colégios?

Uma minoria de Diretores, não compreendendo a importância do movimento grevista, teve uma atuação negativa. Inclusive, uma atenuação de repressão ameaçando de demissão, chamando a polícia, tentando intimidar de outras formas. Mas tivemos o apoio de uma boa parcela de Diretores, uma vez que se não contribuíram integralmente, também não atrapalharam.

### E os órgãos de repressão?

A reação foi com o intuito de intimidar, pelo menos até o presente momento, ressaltado. Isto é, ameaçando de levar nomes ao DEOPS; conduzindo professores até a delegacia e lá anotando seus nomes.

### A reação dos pais foi positiva ou negativa? E dos alunos?

A reação dos pais foi extremamente positiva. Inúmeras moções de apoio de pais e associações de pais, apesar da Secretaria da Educação tentar distorcer nosso movimento, fazendo crer à população que nessas reivindicações já tinham sido atendidas. Quanto aos alunos, idem, inclusive tentando se unir a seus colegas. Tivemos, em assembleias, apoio efetivo de secundaristas.

### Que papel cumpriu o Comando Geral da Greve e como foi escolhido?

Foi eleito democraticamente e é constituído por representantes das diversas regiões, o que rechaça informações veiculadas de que o CGG era anti-democrático, não representativo dos professores, como afirmou a diretoria da APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) e CPP (Centro dos Professores Paulistas) em notas pagas à grande imprensa. O Comando teve o papel de centralizar o movimento, como todo e qualquer movimento precisa de uma centralização para que possa dar um encaminhamento às conquistas em luta. Dentro disto, teve papel efetivo de garantir as negociações e de executar o que as assembleias, numa comissão pró-entidade única dos professores. Isto porque temos a APEOESP, CPP, APM, que congregam a mesma categoria. Há uma dicotomia que se criou para dividir o professorado. Hoje mais do que nunca, se abre a perspectiva de unificação numa só associação que congregue todos os professores do ensino oficial.

### Como se organizou a greve em São Paulo? E no interior?

A organização nasceu, efetivamente, numa reunião realizada em 29 de junho. Formaram-se núcleos por escolas, a partir deles as comissões regionais que elegeram representantes, constituindo assim o Comando Geral da Greve. A orientação para o interior foi a mesma, inclusive enviando representantes para o CGG.

### Qual a ligação do movimento com as condições de ensino?

Tem muita ligação, se reconhecemos o professor como o principal agente do sistema educacional. Se ele não tem condições de pesquisar, de aprimorar seus conhecimentos, isto reflete diretamente no nível de ensino. Não é só,

Reivindicamos melhores condições materiais nas escolas, uma vez que não só as escolas estaduais, mas também as municipais ressentem-se de pessoal administrativo, de condições materiais pedagógicas, de laboratórios, etc, para que possam desempenhar seu papel. Há, então, a exaustiva jornada de trabalho onde os professores têm que trabalhar de manhã, tarde e noite para poder sobreviver, resultando numa queda da qualidade de suas aulas.

### Por que os setores médicos (médicos, bancários, entre outros) emergem hoje em cena?

Como o professor, queira ou não, é também um trabalhador - com uma diferença, que é trabalhador que não produz riqueza - ele vem sofrendo, como os demais setores, um achatamento salarial, uma decomposição do nível de vida. E isso, a meu ver, explica a mobilização dos setores médios. O que os unifica é que são todos trabalhadores assalariados. Mas é preciso que a consciência desta relação, desta unificação se dê coletivamente. Mas acho que não está muito longe de os trabalhadores adquirirem a visão de luta única contra o arrocho salarial, por melhores condições de vida e trabalho.

### Faça um quadro das principais reivindicações e seu atendimento

- 27% de aumento já e não em suaves prestações como o Estado nos acenou; - mínimo de 20% de hora-atividade para que o professor possa a cada ano aumentar sua preparação e a qualidade das aulas. O Estado manteve os 10% - outra reivindicação é a de contratação pela CLT para os precários, o que não foi atendido.

### E a decisão de volta às aulas?

Voltamos às aulas não como uma derrota, mas como uma vitória. Este movimento foi o primeiro passo, um alerta não só às autoridades mas à sociedade como um todo, da importância de nossas reivindicações.

### Quais as perspectivas do movimento?

Não se resume apenas na continuidade da luta pelas reivindicações. Há a disputa para as eleições da APEOESP no início do ano que vem; a perspectiva de formação de uma entidade única. Além disto aprovou-se em assembleia um órgão oficial dos professores, que será o jornal "O Precário", que não só relatara os acontecimentos, mas será um órgão de comunicação dos problemas dos professores, do atual sistema educacional. Este jornal vai unificar o professorado em torno da entidade única. Além disto, há a proposta de realizar um Congresso Estadual dos professores, visando discutir os problemas numa perspectiva de um Congresso Nacional. Sabemos que os problemas são comuns no país e seria importante unificar nossa luta em termos nacionais. Finalizando, a greve dos professores na atual conjuntura marca um momento onde a sociedade clama por participação e melhores condições de vida e trabalho.

(Jesus Varela e Samira Zaidan)

## BAHIA

# Linotipos no fim, gráficos na rua.

Em Salvador, todo fim de mês o estereotipista recebe o aviso prévio, lentamente, em pequenos grupos. O dirigente do sindicato prefere trançar pelos gabinetes pa-turam os pesados linotipos e os operários tronais, a defender a categoria.

Se não fossem os grandes e negros linotipos parados, o prelo e outros monstros no meio do amplo salão, um visitante teria a impressão de que estaria num clube recreativo. Num canto, os trabalhadores gráficos se divertem parte da tarde e toda a noite, jogando dominó e baralho, enquanto aguardam o "aviso prévio", que infelizmente aparece a cada fim de mês, atingindo cerca de cinco trabalhadores.

Em Salvador esse processo iniciou-se em 1969, com o nascimento da Tribuna da Bahia, primeiro jornal a utilizar fotocompositores. Depois foi a vez do Jornal da Bahia. Inevitavelmente chegaria ao tradicional Tarde, o de maior circulação no Estado.

As máquinas começaram a funcionar em A Tarde a 1º de abril deste ano. Hoje, cinco meses depois, constata-se que o saldo é inquietante: já foram demitidos cerca de 20 gráficos entre linotipistas, prelistas, emendadores, paginadores e tiradores de provas.

### Que sindicato é esse?

Para os operários, o que falta são gestões do seu sindicato junto às empresas gráficas e jornalísticas. Achem que poderiam ser utilizados nas "novas máquinas", mas não procuram o órgão de sua classe por achá-lo inoperante. Acusam o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas da Cidade do Salvador, Carlos Moreira da Silva de defender os interesses das empresas.

Um linotipista desabafa: "Moreira, quando vem aqui na Tarde", nem entra na oficina, vai direto para a sala dos diretores. Até parece que é do sindicato patronal. De certa forma, porém, o culpado é a gente mesmo que elegemos Moreira mais uma vez".

A categoria dos gráficos de Salvador sempre foi respeitada pela sua combatividade. "O Sindicato começou a perder a representatividade-explica um linotipista, 25 anos de profissão-de 64 para cá, depois do movimento de março. A campanha pelo adicional de insalubridade foi uma das mais movimentadas que já fizemos. Antes do aparecimento das "novas máquinas" a média salarial de um linotipista era de 16 a 18 mil cruzeiros (trabalhá-

mos dois turnos, 12 horas diárias). Atualmente, poucos conseguem fazer 16 mil. Por isso é que as empresas preferem trabalhar com datilógrafos, que recebem 3 ou 4 mil cruzeiros".

### Sindicato ou abacaxi?

Operário do jornal A Tarde (estereotipista), Carlos Moreira da Silva está à frente do Sindicato dos gráficos há 12 anos. Sempre reeleito: "Nunca houve oposição - afirma - porque o sindicato é um abacaxi. Queriam que tivesse oposição, pois assim eu poderia largar esse abacaxi. Quando assumi o sindicato, não havia nada aqui, hoje temos carro e telefone".

Moreira não aceita a acusação de que defende interesses que não são dos operários: "O Sindicato está aberto a todos. Os operários que venham a mim. Eles, que são ameaçados, é que devem vir me procurar, eu não devo favor a A Tarde, apenas me relaciono bem com a direção da empresa. Por ser funcionário de A Tarde, não vou adivinhar a situação de cada um. Se eu conversasse com cada empresa, talvez os operários fossem aproveitados, pelo menos alguns. Mas a empresa quando demite não consulta o Sindicato, e os trabalhadores nunca reivindicaram a nossa interferência".

Moreira diz ainda que estatisticamente ele não sabe dizer quantos operários foram demitidos em Salvador, com o uso das novas máquinas. "Primeiro porque o Sindicato não é consultado quando vai haver demissões, e segundo, porque a maioria das homologações é feita na Delegacia Regional do Trabalho". Mas garante, que somente no Jornal da Bahia, por exemplo, atualmente só existem dois linotipistas. Na A Tarde só foram aproveitados três operários, e na Tribuna da Bahia restam apenas cinco linotipistas.

Agora mesmo correm rumores de que o Diário de Notícias, o único jornal em Salvador cuja composição é totalmente linotípica, vai modificar modernizar o seu parque gráfico e acabar com a composição a quente. O Sindicato não pode tomar nenhuma posição, porque segundo o presidente, até agora só ouviu boatos.

Se é verdade que a empresa vai acabar com o linotipo, diz Moreira, não posso fazer nada, acres-

centando que nem mesmo a Federação Nacional dos Gráficos tem condições de impedir as constantes demissões em todo país, "que é que eu posso fazer aqui em Salvador"? E cita o seu próprio exemplo: ainda não foi demitido porque está no Sindicato, achando que a tendência é acabar a profissão.

### Apreensão, opção e FGTS

O linotipista Evandro Celestino da Silva, do jornal A Tarde, 24 anos de profissão tem um motivo a mais para estar apreensivo: com mais dez meses de atividade ele poderia aposentar-se. Agora corre o risco de ser demitido e consequentemente perder a aposentadoria. Acha que se for despedido vai ter de ir para o Sul do país porque em Salvador, "nem as pequenas gráficas tem mais vagas".

A jornada de trabalho da fotocomposição é apontada pelos gráficos como outro problema para o aproveitamento dos gráficos. O pessoal da fotocomposição trabalha oito horas por dia, enquanto os gráficos, após muitas lutas, inclusive uma greve, conseguiram reduzir a jornada para cinco horas. Os gráficos só teria duas opções: abrir mão de um direito adquirido e trabalhar oito horas, ou fazer diariamente três horas extras, o que não interessa a empresa, porque além de ser oneroso, "vinte e quatro meses depois, essas horas extras seriam computadas como hora normais", com todas as implicações trabalhistas, segundo os gráficos.

Outra solução também descartada pelos gráficos é a "complementação de serviço", através de três turmas em revezamento. Explicam que assim a fotocomposição funcionaria com cerca de 36 pessoas em vez de 22 utilizadas atualmente. O que os gráficos não percebem é que as soluções que poderiam favorecer os trabalhadores, só são desprezadas pelas empresas porque existe o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que contraria os interesses dos trabalhadores, e por isso combatido pelas autênticas lideranças sindicais, porque entre outras coisas permite a alta rotatividade da mão de obra. (Sucursal de Salvador)

## MINAS

# Sabará agitada com greve de Monlevade

A paralisação numa fábrica da siderurgia Belgo Mineira esquentou os trabalhadores em outras, que agora reivindicam aumento salarial e melhoria nas condições de trabalho.

A greve vitoriosa dos metalúrgicos da cidade mineira de João Monlevade começa a repercutir em outras fábricas da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira. Terça-feira, dia 12, em Sabará, uma cidadezinha colada em Belo Horizonte, 700 operários da firma realizaram uma assembleia do sindicato, pela campanha salarial.

Comentário de um trabalhador, um dos 1740 da fábrica, que já participou durante seis anos na direção do sindicato: "essa assembleia foi uma coisa tremenda. Antes sempre teve pouca participação. Essa agora foi muito boa e o movimento aqui começou mais com a luta de Monlevade. Quando o pessoal de lá reivindicou, fez greve e ganhou, a direção do sindicato aqui acordou. Em Monlevade, o trabalho é de base, bem antigo. Em Sabará ainda não existe trabalho de base, mas essa assembleia vai ser o começo".

Grande parte dos operários pega o turno das sete da manhã às quatro da tarde. Outra parte, formada por aqueles que operam alto forno e aciaria, trabalha no regime de três turnos, com uma escala de revezamento que impõe ao operário uma jornada de sete dias consecutivos na produção. Semelhante ao movimento de Monlevade, em Sabará as duas grandes reivindicações são o aumento de salário acima do índice fixado pelo governo e a mudança nessas escalas de revezamento de turno, para os que trabalham em três horários, e a adoção da semana inglesa para os que trabalham no turno das sete da manhã às quatro da tarde.

Eles querem trabalhar cinco dias e compensar o sábado durante esses cinco dias. Mesmo reconhecendo que o regime de trabalho do pessoal de três turnos é muito mais pesado, no entanto o pessoal que pega trabalho num só turno argumenta que eles nunca tem tempo para sair com a família para um passeio ou para uma compra.

A mudança nas escalas de revezamento foi uma conquista dos operários de Monlevade, depois de uma luta travada contra a Belgo durante cinco anos. O regime de turno alternado com trabalho durante sete dias seguidos estava prejudicando a saúde do operário e até a sua vida familiar, pois os horários de almoço e de convivência com a família deixaram de existir. E as folgas só coincidiam com o domingo de dois em dois meses. Agora, com a mudança a ser implantada, os operários de Sabará trabalharão durante seis dias, com folgas de 56 e 80 horas.

Na verdade, a reivindicação de mudança nas escalas de revezamento de turno, apesar de incluída na pauta de reivindicações dos trabalhadores, já estava sendo conquistada através da justiça, pois os operários entraram com recurso contra a Belgo e venceram a primeira instância. A empresa recorreu, e antes do julgamento definitivo aconteceu a greve em Monlevade, forçando a Belgo a desistir do recurso. Assim, a questão do revezamento já é fava contada para os operários.

Além dessa reivindicação ligada aos horários e condições de tra-

balho, os 1740 operários reivindicam:

- Cr\$ mil de aumento de salário acima do índice do governo;
- pagamento de uma gratificação de 190 horas no retorno das férias e manutenção das gratificações anuais de 10% e 20% sobre o salário para os trabalhadores que tem 10 anos e 20 anos de casa, respectivamente;
- abono de assiduidade de 48 horas para ser pago no retorno das férias;
- implantação de um restaurante na usina, administrado pela Belgo;
- antecipação salarial de 5% de três em três meses;
- abono de 10% para os empregados casados e que vierem a casar-se;
- majoração no percentual da ficha de avaliação de mérito;

A contra-proposta da empresa aceitava as mudanças nas escalas de revezamento, reduz o aumento além do índice a um pagamento de Cr\$ 528, além do índice do governo, gratificação de 240 horas no retorno das férias, mas com extinção de gratificação por tempo de serviço, abono de assiduidade de apenas 25 horas, nega a antecipação trimestral e aceita pagar uma de 5% em fevereiro e outra em junho, nega o abono para os casados e a adoção da semana inglesa.

A negativa da empresa na maior parte das reivindicações levou a situação ao impasse e os trabalhadores de Sabará partiram para nova assembleia no domingo, dia 17.

OS SINDICATOS VÃO AO PARLAMENTO

# Provando o sabor da "política"

O Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, David de Moraes, revelou a este semanário que os sindicalistas que estiveram esta semana em Brasília para acompanhar o debate do pacote das Reformas Políticas, no Congresso Nacional, pretendem voltar outras vezes, por exemplo quando entrarem em votação o decreto lei 1632, a nova lei anti-greve baixada pelo governo recentemente.

"Isto, caso a Arena supere o drama que é para ela ter que votar a mando do Palácio do Planalto tais questões", ironizou David de Moraes, referindo-se ao esvaziamento do partido governista promoveu na comissão mista que deveria apresentar posição sobre o decreto lei 1632.

O sindicalista faz portanto uma avaliação otimista quanto aos resultados da presença em Brasília de uma comitiva de líderes sindicais de expressão nacional, que durante toda semana lá estiveram.

"Praticamente não conseguimos nada de imediato, disse o jornalista. Propunha-nos a garantir o voto a algumas emendas constitucionais e contra o decreto lei 1632. Ambas as coisas não foram possíveis, mas indiscutivelmente plantamos alguma coisa".

O início do debate do pacote das reformas políticas, esta semana, foi ofuscado pela ação dos chamados "sindicalistas autênticos", que desafiaram as proibições do ministro Prieto e foram a Brasília acompanhar de perto o desenrolar da tramitação do projeto. Foi um passo importante no movimento sindical, conforme resumiu um dos dirigentes sindicais, o jornalista David Moraes: "sem deixar a luta reivindicatória, ingressamos agora na luta política propriamente dita, e o resultado imediato é a constatação de que o sistema que está aí não nos representa".

dois partidos, ameaçando denunciar publicamente e fazer campanha contra aqueles parlamentares que votassem contra os interesses dos trabalhadores na questão das reformas e do decreto lei 1632.

Já em junho, tão logo as reformas propostas por Petronio Portela vieram à tona, os sindicatos repudiaram o novo pacote. Numa "Declaração Conjunta", lançada em Belo Horizonte, 32 entidades manifestaram o entendimento de que "entre nós, agora convém deixar claro que em meio a estas sugestões de reformas, que só atendem aos interesses dos grupos dominantes, é preciso que se diga que a exigência número um das entidades sindicais é a liberdade sindical".

No dia 2 de setembro, cerca de trinta sindicatos de setores diferentes da produção voltaram a se encontrar e aprovaram um estudo detalhado do Pacote de Reformas, no qual definem suas posições. Afirmaram curto e grosso: "os trabalhadores sentem-se frustrados e desentatados, mesmo porque a reforma objetivada, os mantém marginalizados do processo de desenvolvimento e, vigorantes os princípios que impedem o exercício pleno da democracia. O projeto original não conta com o apoio popular e os trabalhadores não podem aceitá-lo tal como se apresenta".

Por outro lado, neste documento, base para a ação da semana passada no parlamento, os sindicalistas ressaltam que dentre as emendas constitucionais oferecidas, "algu-

mas, embora poucas, atendem parte das necessidades dos trabalhadores". E assim resolveram reivindicar dos congressistas a aprovação daquelas emendas que os sindicatos consideram que beneficiaram as classes trabalhadoras, no momento. Entre outras coisas, o documento defende a Constituinte, a anistia, a eliminação da figura do senador biônico e a revogação da Lei Falcão, pontos programáticos que ultrapassam longe a mera luta econômica e sindical, entendida nos moldes clássicos. Isto é, definem o ingresso evidente no terreno da política, acentuado ainda mais pela mobilização até o parlamento com o sentido de pressionar os congressistas e chamar a atenção da opinião pública para o fato de que os trabalhadores estão mesmo por baixo.

## Enfrentando o Ministro

Logo que foi anunciada a formação de uma caravana de líderes sindicais rumo a Brasília, o ministro Arnaldo Prieto reagiu de forma surpreendente, baixando uma rigorosa proibição da concentração e soltando ameaças vigorosas, para intimidar os dirigentes das entidades profissionais.

Até o dia 8 de setembro advertiu expressamente que "reuniões e deslocamentos coletivos de dirigentes sindicais, para atuação comum ou em grupos, de caráter político, representam, de fato, associação de caráter inter-sindical, portanto atividade proibida pela CLT". O Ministro que até hoje não deu explicações satisfato-

rias às acusações de utilização alarmante das célebres mordomias, alertou ainda para o seguinte:

- que se esboçavam tentativas de unir sindicatos ou grupos de categorias com objetivo de criar Comando Único dos Trabalhadores ou Pacto de Ação Comum;

- que a atividade político-partidária, a propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições vigentes ou de candidaturas a cargos eletivos e de outros sindicatos por desviar a entidade de suas reais finalidades;

- que não raro, neste período pré-eleitoral, tem sido constatada a presença de pessoas estranhas aos sindicatos, interferindo na sua administração e seus serviços, o que a lei proíbe;

- que o emprego de verbas para deslocamentos pessoais ou de grupos, ou para reuniões com finalidades não previstas na lei, enquadradas no artigo 552 da CLT;

- que os dirigentes sindicais devem se abster de promover ou participar de reuniões de caráter inter-sindical, vedadas pela legislação vigente;

- que os delegados regionais do trabalho devem abrir processos contra os infratores destas determinações.

## Fazendo alarme

Enfim, o ministro Prieto soltou uma catilinária brava, e reforçou-a com um compartimento alarmista à uma cadeia nacional de televisão na noite do dia 10, domingo, quando o reiterou que "cabe-me alertar,

prevenir e advertir todos os dirigentes sindicais que me conhecem que não se deixem conduzir por movimentos que alguns poucos tentam empreender, utilizando os sindicatos para objetivos fora de suas finalidades". Repetiu também a máxima de que "sindicato não é lugar de fazer política partidária".

O tiro saiu pela culatra. Prieto não conseguiu causar o pânico que pretendia, e no dia seguinte os dirigentes sindicais estavam lá em Brasília, para cumprir o prometido, alvo geral das atenções. Soltaram uma nota (ver box abaixo) respondendo ponto por ponto suas acusações e ameaças e reafirmando a disposição de permanecer em Brasília. O que foi feito.

Visivelmente desmoralizado pelos fatos, Armando Prieto foi obrigado a recuar e aproveitou-se do próprio documento dos sindicatos para concluir, em nota oficial, que "o espírito da portaria 3337 foi bem compreendido pelos dirigentes sindicais". Ou seja: "a declaração expressa do pequeno grupo de dirigentes sindicais que veio a Brasília de que o seu encontro não caracterizou qualquer atividade político-partidária, e de que não tem qualquer intenção de criar Comando Único dos Trabalhadores ou Pactos de Ação foi bem recebida pelo Ministério do Trabalho", disse Prieto na nota.

O impasse de Prieto, e do governo como um todo, ficou patente. O que ele iria fazer: prender os sindicalistas? Cercar o Congresso para que não entrassem? Intervir nos seus sindicatos?

O governo também faz análise de conjuntura e sabe que o mar não está prá peixe, ou melhor, para ele próprio. E preferiu capitular. Os dirigentes sindicais circularam intensamente pelo congresso, nos gabinetes, nas ante-salas, nos plenários de comissões, de segunda a quinta-feira, metendo o bedelho na chamada "política". E David de Moraes voltou com uma impressão pelo menos polêmica: "o clima de Brasília não nos pareceu de crise aguda, como por vezes tem-se a impressão aqui".

(Flaminio Fantini)

## Lesão insanável ao direito de greve

Os líderes sindicais presentes em Brasília esta semana voltaram a condenar o decreto lei 1632, baixado em agosto pelo governo federal para definir quais são as atividades consideradas essenciais na economia, nas quais não serão permitidos quaisquer movimentos grevistas: "constitui uma lesão insanável ao direito de greve, e com o qual não podemos concordar, sob pena de traírmos o compromisso de defender os interesses das categorias que representamos", afirmaram eles no documento-resposta ao Ministro Prieto.

Junto com o pacote das Reformas Políticas, o decreto lei 1632 estava no centro dos debates no Congresso Nacional esta semana. Mesmo sendo partido majoritário, a Arena esvaziou de propósito uma reunião de uma comissão mista de parlamentares que deveria definir posição sobre o assunto, na quarta-feira. O motivo apurado para a manobra foi o medo de se desgastar perante a opinião pública.

Esta matéria mostra os superpoderes que um ministro do Trabalho está agora investido com essa inovação anti-greve e faz uma retrospectiva histórica da proibição de paralisações no trabalho em "atividades essenciais".

A proibição de greve em "atividades essenciais" não é coisa recente, nem é invenção brasileira.

Tem-se notícia, por exemplo, de que já em 1875, na Inglaterra o "The Conspiracy and protection of property act" já estipulava penalidades aos funcionários municipais, aos empregados de companhias públicas ou de empreiteiras e a qualquer pessoa que "tendo assumido o compromisso de fornecer água ou luz, suspende voluntária e dolosamente o serviço, sozinho ou de combinação com outros, sabendo ou tendo motivos para saber que a consequência de seu ato será a privação, total ou parcial do fornecimento".

Também a legislação de vários outros países, na época ou posteriormente, consagrava restrições semelhantes. O exame dessas leis deixa bem claro um aspecto: tendem a ser incluídas ou excluídas certas atividades na dependência do estágio de desenvolvimento do capitalismo desses países. Ou seja, uma atividade é essencial ou não quando dela dependem os setores prioritários no processo de acumulação capitalista. A única exceção que se conhece é a Bélgica onde um movimento operário bastante combativo conseguiu impedir que se estabelecessem quaisquer restrições, até 1961.

No Brasil, a história desse tipo de limitação não se desvina da própria história da regulamentação do direito de greve em geral. Durante a República Velha (1889-1930) a restrição era a do Código Penal que punia o grevista que utilizasse ameaças e violência durante o movimento. Contudo, sabe-se, na prática a greve era sempre tratada como uma "questão de polícia". Em 1932, com o decreto-lei 21.396, o que era prática corrente passou também a integrar a própria lei. Punia-se qualquer grevista com a dispensa do emprego e com a proibição de que o mesmo exercesse cargo em entidade repre-

sentativa da classe por dois a cinco anos. Se o grevista fosse estrangeiro estaria ainda sujeito à expulsão do território nacional.

Referência explícita a "atividades essenciais" fez a lei nº 38, de 4 de abril de 1935 - a então famosa Lei de Segurança Nacional - que em seu artigo 18 punia com pena de um a três anos de prisão quem instigasse ou preparasse a paralisação de "serviços públicos ou de abastecimento da população". Na ditadura de Getúlio Vargas, como não podia deixar de ser, toda e qualquer greve foi considerada "recurso anti-social" e, como tal, proibida pela Constituição.

A chamada redemocratização em 1945 pouco alterou, do ponto de vista da legislação, as restrições sobre o direito de greve. O decreto-lei 9070, anterior à Constituição de 1946, tratou de "regulamentar" em minúcias a greve nas atividades essenciais: serviços de água, energia, comunicações, transportes, hospitais etc. No mesmo sentido, a primeira lei anti-greve do regime pós-64 manteve a regulamentação naqueles setores "essenciais" e estendeu-a também a outros setores. Interessante é que ao enumerar as tais "atividades essenciais", a lei 4330, de 1º de junho de 1964, deixou de fora algumas que constavam do decreto-lei 9070 como bancas, escolas e colégios (compare-se o art. 3º do decreto-lei 9070 com o art. 12 da lei 4330).

O esquecimento foi agora plenamente compensado pelo decreto-lei 1632, a segunda lei anti-greve pós-64, que não só voltou a incluir essas atividades como fez recair sobre todas elas o peso de restrições até hoje inéditas.

## Um poderio memorável

No dia 3 de setembro de 1978 o Ministro Arnaldo Prieto, em obediência à lei, tornou-se um dos homens mais poderosos deste país. Tamanho poder não nasceu de nenhuma façanha memorável. Ao contrário, bastou que o Sr. Ministro assinasse um despacho declarando legal a greve dos bancários paulistas, "no uso e gozo das atribuições que lhe confere o artigo 4º, do decreto-lei (DL) 1632, de 4/8/78".

Quem buscasse algo inédito para justificar o poderio de que foi investido o Ministro, sairia decepcionado. Só uma pequena circunstância talvez traisse a simplicidade de tudo. Era domingo. E os homens do Estado, a não ser excepcionalmente, não costumam trabalhar aos domingos. É que estavam em jogo, naquele domingo, de um lado os superlucros da vasta rede bancária brasileira e, de outro, a "ousadia" de 4.500 bancários que insistiam em paralisar esse monstro, na capital industrial do Brasil, apenas porque não recebem salários razoáveis.

Mas o poder do Ministro do Trabalho não advém do fato de que ele, sozinho, e sem que de sua decisão caiba qualquer recurso, pode conter a audácia de todos os trabalhadores de todos os bancos do país. Igualmente, dele depende a sorte de todos os trabalhadores dos serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e drogarias - em outras palavras, das atividades chamadas "essenciais" até agora definidas pelo Presidente da Repúbli-

ca. Até agora, pois como estabelece o art. 1º do decreto-lei, outras atividades podem vir a ser assim também definidas, além das indústrias que o Presidente especificará por decreto. São ao todo, portanto, segundo os dados do Censo de 70, mais de dez milhões de trabalhadores cuja paralisação, parcial ou total, pode ser considerada ilegal pelo Ministro do Trabalho, através de mero despacho.

## "Não dá cadeia"

Do ponto de vista jurídico, o decreto-lei 1632 é muito inovador. Comparado ao decreto-lei 9070 ou à Lei 4330 ele já se apresenta de pleno acordo com o dispositivo constitucional que proíbe greve nas atividades essenciais, definidas em lei. Nas leis anteriores erigiam-se inúmeras dificuldades, aumentava-se prazos, mas não se chegava a proibir. Ele também inova ao atribuir a um membro do executivo a palavra final, que em todas as outras leis sempre dependia do Judiciário, isto é, da Justiça do Trabalho através de seus Tribunais. Uma consequência desse antigo procedimento jurídico, agora em desuso, é que estavam previstos desde o início do processo os recursos a que se tinha direito.

Além desse aspecto, e apesar de todo o entusiasmo do Ministro Mario Simonsen, da Fazenda que, entrevistado, insistia em que o DL 1632 era bom para o trabalhador porque "são proibições bastante brandas, não mandam ninguém para a cadeia", não é isso o que dispõe o art. 3º do decreto-lei 1632, explícito a esse respeito: "Sem prejuízo das sanções penais cabíveis..." E a gente sabe quais são as sanções penais cabíveis: nada mais nada menos que a Lei de Segurança Nacional. Ou Mário Henrique Simonsen não tinha lido o decreto, ou leu e não entendeu, ou silenciou sobre esse "detalhe" para melhor vender seu peixe. De toda forma, sua assinatura foi aposta no texto original...

Aliás, a importância do decreto pode também ser acentuada por uma circunstância aparentemente pouco significativa. Via de regra, um texto de lei ordinária vem assinado pelo Presidente da República, pelo Ministro da Justiça e pelo titular da pasta ministerial diretamente interessado na matéria. É o caso, por exemplo, da primeira lei anti-greve pós-64, a Lei 4330, cujo texto foi

assinado por Castelo Branco, Arnaldo Sussekind e Milton Campos. Quando, no entanto, grandes decisões políticas são transformadas em lei, ou a conjuntura não é muito favorável, tais textos merecem a mesma atenção recebida por esse curtíssimo e incisivo decreto 1632: assinaram-no o Presidente da República, todos os seus ministros, os Chefes da Casa Civil e Militar, o Chefe do SNI e o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. O sentido parece óbvio: respaldar a Presidência numa grave decisão.

## Processo sumário

Não se esgotam aí, porém, as peculiaridades do DL 1632. Ele instituiu o processo sumário (significa o que o nome indica) para a apuração da falta de empregado estável - que poderá ser, então, demitido por ter participado da greve e, não satisfeito ainda, cria uma nova hipótese de intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos. Por seu art. 5º pode ser punido com advertência, suspensão, destituição ou perda de mandato, por ato do Ministro do Trabalho, o dirigente sindical ou de conselho de fiscalização profissional que direta ou indiretamente (quem precisará o conteúdo dessas duas generalizações?) apoiar ou incentivar grevista em serviço público ou atividade essencial.

Pela Emenda Constitucional nº 1 (a Constituição em vigor) o Congresso Nacional tem 60 dias para aprovar ou rejeitar qualquer decreto-lei. Como o prazo para essa manifestação do Legislativo coincide com o prazo para aprovação do Projeto de Reformas, ou Pacote Portela, os trabalhadores que nada ganham com as reformas propostas, poderão vir a perder em tudo que contém o decreto-lei 1632, se o Congresso não o rejeitar.

É o conjunto desses superpoderes e o significado de controle sobre os trabalhadores que tem esse decreto que justificam a recente advertência do Ministro Prieto, transmitida em cadeia nacional, no horário nobre do domingo, dia 10 de setembro, nas emissoras de rádio e TV, aos sindicalistas que, segundo ele, "devem evitar o descompasso que poderá ocorrer entre o crescimento e a afirmação do sindicalismo e o aperfeiçoamento democrático".

(Sucursal de Minas)



# INFLUÊNCIA IMPERIALISTA NO SINDICALISMO

Reportagem de Marcelo Beraba e Ricardo Lessa.

A partir de 1969, quando o Governo brasileiro proibiu a atuação, em território nacional, de organizações sindicais internacionais e a filiação dos sindicatos e de negociações coletivas a estas organizações, apenas uma delas continuou atuando livremente no país: o Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre, que em inglês assume a sigla de AFLD. Financiada pelo governo dos Estados Unidos, pela central sindical de trabalhadores americanos (a AFL-CIO), também controlada pelo estado americano) e pelas multinacionais, este momento, são institutos como o AFLD.

Nestes 15 anos de atuação entre nós o AFLD já formou 50 mil sindicalistas brasileiros segundo o modelo sindical americano e distribuiu, entre nossos sindicatos e diretores sindicais, um total de pelo menos 7 milhões de dólares. E o que quer o AFLD do nosso sindicalismo? Sob a capa de reivindicações justas, como o fortalecimento dos sindicatos e negociações coletivas, se esconde um modelo sindical que tem como princípios básicos a cooperação dos trabalhadores com os patrões e o governo, e toda a ênfase nas lutas econômicas, em detrimento das lutas políticas mais gerais.

Na verdade, por trás de seus cursos se esconde a tentativa de amoldar o sindicalismo de forma diferente de como é hoje amoldado. Os relatórios e documentos que EM TEMPO conseguiu demonstraram claramente as intenções do Instituto de intervir no movimento sindical brasileiro.

## Um Modelo ideal ?

A discussão sobre o trabalho do AFLD no Brasil e sobre o sindicalismo americano é fundamental para o momento político do país.

Por um lado, diversos líderes sindicais mais combativos, como o Lula, Luiz Inácio da Silva e São Bernardo, começaram a ser estranhamente acusados, por elementos ligados ao governo, de agentes da CIA. Por outro, está na ordem do dia a discussão sobre autonomia sindical e a construção de um novo sindicalismo no Brasil.

Nem todos os líderes sindicais têm ainda claro na cabeça como se dá este novo sindicato. Neste sentido, é importante ficar atento para as propostas que começam a surgir e que apontam o modelo americano como o ideal. E estas propostas surgirão, com maior frequência, disfarçadas ou não, uma vez que as sementes que os Estados Unidos vêm plantando no movimento sindical no Brasil, via cursos educacionais, projetos sociais, nestes últimos 15 anos, começam a florescer. Afinal, quase 50

mil sindicalistas passaram pelas salas de aula do AFLD.

Por outro lado, é evidente que a CIA continua atuando entre nós. Quando levantamos que mais de 7 milhões de dólares foram investidos nos programas do AFLD, não tínhamos como computar o dinheiro que deve correr por fora, corrompendo líderes sindicais, e só contamos o que encontramos nos orçamentos do Instituto. Mas os canais privilegiados de atuação da CIA, neste momento, são institutos como o AFLD.

Vale destacar que a CIA está diretamente ligada ao Departamento de Estado americano, a quem está subordinado via IUSAID, (Agência para o Desenvolvimento Internacional) o AFLD.

Neste momento, algumas propostas do Instituto Cultural do Trabalho podem se confundir na aparência com bandeiras patenteadas pelo sindicalismo mais combativo, como por exemplo, a autonomia sindical, o direito de greve, as negociações diretas, assinadas pelas Oposições Sindicais e por dirigentes como Lula ou João Paulo de Monlevade. O IGT traduz assim a consciência criada através de décadas, internacionalmente, de que a exploração capitalista pode funcionar bem mesmo nas selvagens típicas do regime brasileiro. Entretanto, o combate à estrutura sindical de inspiração racista resumida na CLT e o avanço do movimento operário independente, certamente vão delimitar de maneira

## As fontes

Em Tempo consultou, para esta denúncia diversos relatórios e documentos americanos, alguns de uso restrito aos organismos governamentais dos Estados Unidos:

- 1 - "An Appraisal of Program Effectiveness and Management of the American Institute for Free Labor Development", uma avaliação minuciosa, de cerca de 200 páginas, da eficiência do Programa do AFLD (IADESIL) no Brasil, datado de julho de 1970. Para esta avaliação foram consultados 82 pessoas, inclusive o então Embaixador americano, C. Burke Elbrick, e o então Ministro do Trabalho, Julio Barata. O trabalho foi feito pela ATAC, uma firma de auditoria que trabalha para o governo americano, a pedido do Departamento de Estado;
- 2 - "Country Labor Plan: 1972-1976" - relatório de atividades do AFLD com análises de conjuntura, objetivos a curto e longo prazos e orçamentos para o período;
- 3 - "Country Labor Plan: 1977-1981 - Brazil" - análise de conjuntura, objetivos a curto e longo prazos, orçamento para 1977/1978 e previsão orçamentária até 1981;
- 4 - "Regional Labor Plans for Washington Headquarters and

ra bem nítida as diferenças no entendimento destas bandeiras.

## Colaboração de classes

Neste sentido, é importante se perceber como os Estados Unidos tentam intervir hoje no nosso movimento sindical e que novo sindicalismo é esse que eles querem. Perceber, enfim, a quem interessa o modelo sindical americano que querem não fazer enguir.

Não é à toa que vários documentos definam o Programa do AFLD no Brasil dentro de uma "política de segurança", que impeça que o movimento sindical venha a criar "problemas".

O lema do Programa é uma frase célebre de Mister Samuel Gompers, fundador da AFL-CIO (que dirige o AFLD): "só existe paz e justiça social quando existe harmonia entre capital e trabalho". Por "colaboração de classes", os americanos entendem a colaboração que os operários prestam a não perturbar os negócios e os lucros dos patrões e têm um sinônimo "sindicalismo responsável", por "harmonia entre capital e trabalho", entendem o silêncio harmonioso dos operários quando os empregadores exploram sua força de trabalho.

Eles não entendem, por exemplo, que os patrões poderiam "colaborar" abrindo mão de seus lucros ou poderiam ser mais "harmoniosos" permitindo os operários quando entram em greve.

Além destes documentos, foram consultados artigos de jornais e revistas estrangeiros e um livro de setembro deste ano, a Michigan Free Press de janeiro de 77 e a Latin American Economic Report, de fevereiro deste ano, e livros sobre as ligações da CIA com o AFL-CIO e sua intervenção no sindicalismo internacional.

## Union-to-Union Program: 1977-1981. Book I".

Com todo o planejamento dos programas educacionais e sociais para a América Latina, incluindo avaliações do trabalho, orçamentos e pessoal administrativo. Ênfase para a atuação do AFLD no Peru (para o qual prevê verbas, inclusive para negociações das paredes de Lima, este ano);

5 - trechos de um "Inspection Report" (relatório de inspeção) sobre as atividades do AFLD, datado de dezembro de 1974 e feito pelo Office of the Inspector General of Foreign Assistance do Departamento de Estado Americano;

6 - um aerograma do Departamento de Estado Americano, de novembro de 1975, sobre o calendário de atividades do AFLD, assinado por Kissinger.

Além destes documentos, foram consultados artigos de jornais e revistas estrangeiros e um livro de setembro deste ano, a Michigan Free Press de janeiro de 77 e a Latin American Economic Report, de fevereiro deste ano, e livros sobre as ligações da CIA com o AFL-CIO e sua intervenção no sindicalismo internacional.

Além destes canais oficiais, o Departamento de Estado, como prova um aerograma de novembro de 1975 assinado por Kissinger, libera fundos que as grandes federações tra-

AN APPRAISAL OF PROGRAM EFFECTIVENESS AND MANAGEMENT OF THE AMERICAN INSTITUTE FOR FREE LABOR DEVELOPMENT



AMERICAN INSTITUTE FOR FREE LABOR DEVELOPMENT



COUNTRY LABOR PLAN 1972-1976 BRAZIL



As capas dos extensos documentos que comprom a intervenção.

Denúncia: a CIA está agindo no sindicalismo brasileiro para evitar o crescimento de lideranças operárias mais autênticas e combativas. O estado norte-americano adota também uma maneira mais sofisticada de dominação: educar e treinar líderes para atuar conforme seus interesses e os das multinacionais.

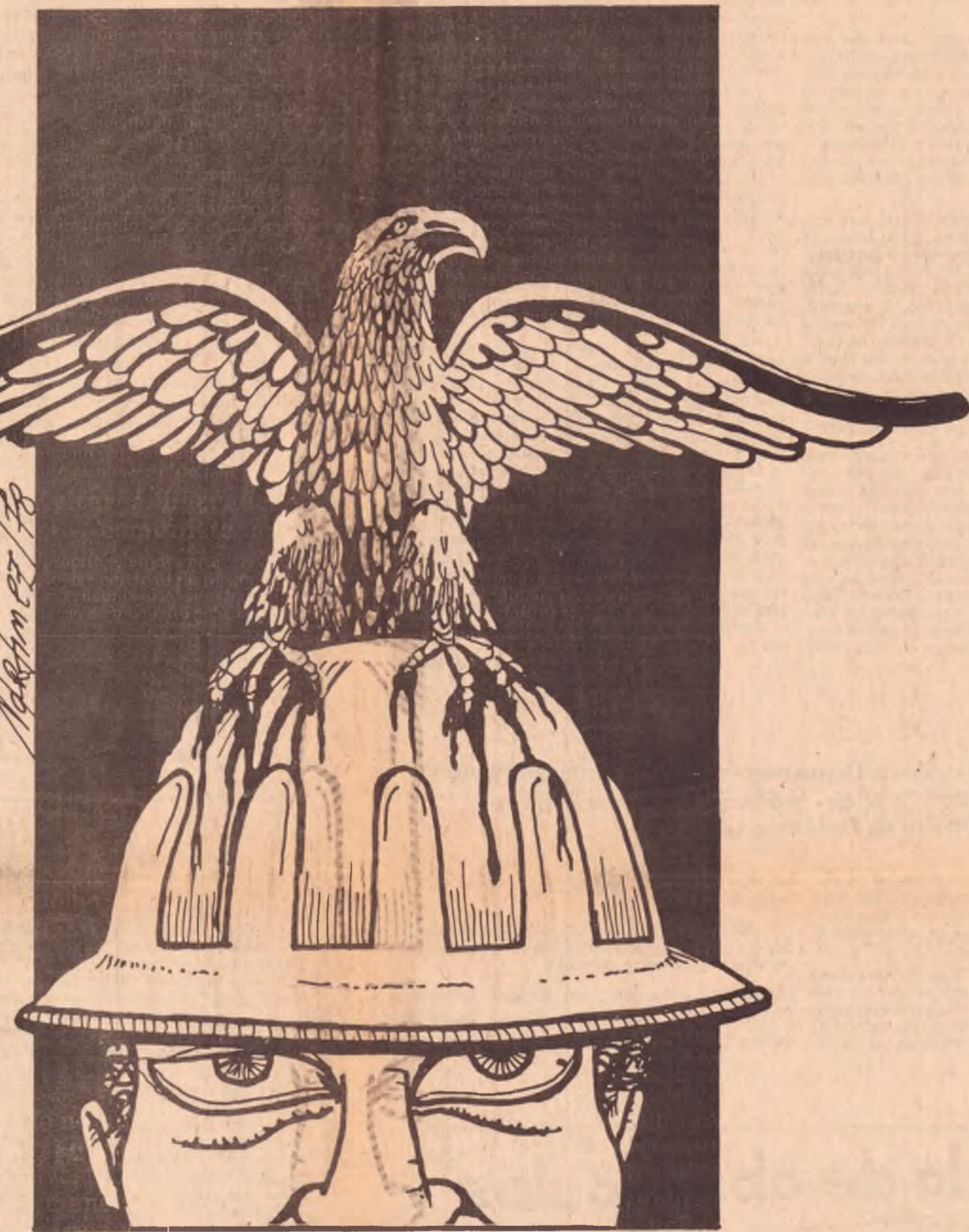
A máquina de domesticar sindicalistas conta com a conivência de muitos pelegos e chama-se IADESIL, com sedes no Rio e dois escritórios em Recife e São Paulo. Em 15 anos de trabalho, os Estados Unidos investiram mais de Cr\$ 140 milhões nesse ramo no Brasil, e formaram cerca de 50 mil líderes sindicais em cursos aqui e em toda a América.



COUNTRY LABOR PLAN 1972-1976 BRAZIL



As capas dos extensos documentos que comprom a intervenção.



## Conhecer para dominar

Aqui, os agentes americanos fazem uma análise da política no Brasil e definem como melhor controlá-la: "O direito de greve é tão circunscrito que praticamente inexistente. É improvável que o governo brasileiro renuncie, voluntariamente, a este controle e a estas restrições num futuro próximo. Tal ação significaria colocar em perigo seus objetivos econômicos e políticos".

"Os objetivos dos Estados Unidos aplicáveis ao programa do AFLD são: 1 - assegurar a continuidade da ligação básica de assistência ao exterior. Isso significa promover desenvolvimento de sindicatos livres, independentes e democráticos e o desenvolvimento de instituições democráticas".

Esta concípuca definição geral faz parte de um extenso relatório feito por uma firma de auditoria americana - a American Technical Assistance Corporation - para o Departamento de Estado sobre a eficiência do programa do AFLD no Brasil até 1970. Este documento é fundamental para a compreensão da política de intervenção dos Estados Unidos no nosso sindicalismo porque esmiúça todos os programas do IADESIL, e dá um parecer favorável a estes programas depois de ouvir as opiniões e colher informações de 82 pessoas ligadas, direta ou indiretamente, ao movimento sindical brasileiro no Rio, em São Paulo, no Recife e em Washington. Entre as pessoas ouvidas sobre a eficiência dos programas estão C. Burke Elbrick do sequestro, e o então Ministro do Trabalho do Governo Médici (o do "milagre econômico").

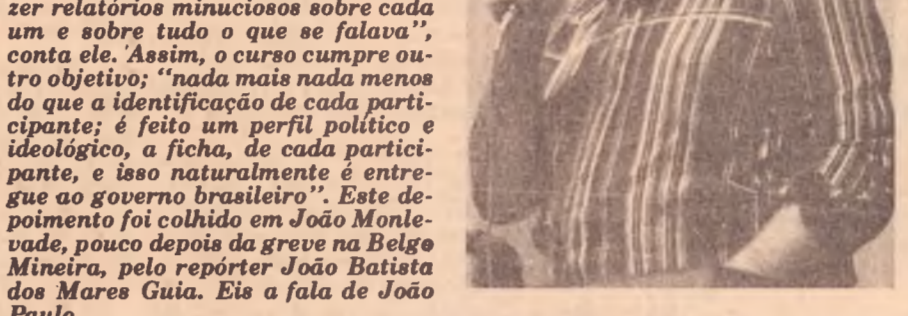
"É improvável que o Governo Brasileiro renuncie, voluntariamente, a este controle e a estas restrições sobre o movimento trabalhista num futuro próximo. Tal ação significaria colocar em perigo seus objetivos econômicos e políticos (...)".

"Dadas estas condições, o Programa do AFLD no Brasil não pode, obviamente, prosseguir numa linha estreita no sentido do desenvolvimento dos sindicatos livres como este termo é geralmente entendido. Esta política deve objetivar algo menor e a validade do programa deve depender de se este "algo menor" tem um valor maior do que o esforço e as verbas desperdiçadas".

"Neste sentido, examinamos com cuidado os objetivos que o Programa tem procurado, explícita ou implicitamente, alcançar. Estes objetivos, como nós o percebemos, são: a - preparar o movimento sindical brasileiro para o dia em que as atividades sindicais livres e democráticas forem permitidas;

Muitos deles ajudaram a derrubar o governo Goulart. Entre os objetivos do programa, destaca-se o de "treinar um quadro de lideranças democráticas que atue contra a eventualidade de uma revolução e que não deixe um vazio de liderança que possa ser preenchido por líderes comunistas", repetindo o surrado chavão autoritário muito em moda nos últimos 14 anos no país.

Nossos repórteres, da sucursal do Rio, revelam os documentos e a intrincada rede de intervenção do imperialismo norte-americano no movimento sindical brasileiro. É a primeira de uma série de duas reportagens. Semana que vem tem mais.



O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, João Paulo Pires de Vasconcelos, um dos mais combativos dirigentes sindicais do momento, esteve em Front Royal, nos Estados Unidos e fez um curso patrocinado pelo IADESIL. Agora, ele denuncia: "Em minha turma estava infiltrado propositalmente um agente policial de nome Valdemar Castilho, secretário, dedo duro, metido no meio da turma para fazer relatórios minuciosos sobre cada um e sobre tudo o que se falava", conta ele. Assim, o curso cumpre outro objetivo: "nada mais nada menos do que a identificação de cada participante; é feito um perfil político e ideológico - a ficha de cada participante. Isso naturalmente é entregue ao governo brasileiro. O interesse maior dele, ao lado de preparar seus próprios quadros, é de anular as lideranças sindicais autênticas.

Participar e verificou que de solidariedade, com o sentido de fortalecer o movimento sindical a nível internacional, não existe nada.

Um outro curso é dirigido por um professor argentino, Rotondaro, que

que utiliza a técnica de estimular políticas. Em minha turma estava infiltrado propositalmente um agente político de nome Valdemar Castilho. Ele é secretário, dedo-duro, metido no meio da turma para fazer relatórios minuciosos sobre cada um e sobre tudo o que se falava. Fizemos a denúncia desse fato lá em Front Royal. Imediatamente o William Doherty chamou o Helcio Manguezonni aos Estados Unidos.

No Brasil, o IADESIL age estreitamente vinculado a algumas federações, através de determinados indivíduos. Em cada estado ela tem os seus agentes.

Já fora dos Estados Unidos, existe a FITIM (Federação Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas). Participou do 24º Congresso da FITIM em Estocolmo, em 1974. Eugen Lodere, seu presidente, esteve no Brasil em 74. Curiosamente a atuação dele no Brasil se prendeu a visitas às multinacionais alemãs, tais como a Mannesmann, a Volks, ou a Pöhlig Haackel. Depois é que ele fez um breve recuado com um grupo de sindicalistas. Ele veio aqui para verificar os interesses das firmas que ele visitou. A FITIM faz o jogo do grande capital alemão, principalmente, canadense e de alguns outros países europeus, além da Alemanha.

Aos poucos, as próprias confederações sindicais brasileiras, dirigidas por pelegos e funcionários que passaram pelos cursos nos Estados Unidos, estão assumindo o Instituto Cultural do Trabalho e ajudando na sua sustentação financeira.

Eu fiz esse curso em Front Royal. O objetivo do curso é um só: nada mais nada menos do que identificação de cada participante. É feito o perfil político e ideológico - a ficha de cada participante. Isso naturalmente é entregue ao governo brasileiro. O interesse maior dele, ao lado de preparar seus próprios quadros, é de anular as lideranças sindicais autênticas.

Participar e verificou que de solidariedade, com o sentido de fortalecer o movimento sindical a nível internacional, não existe nada.

Um outro curso é dirigido por um professor argentino, Rotondaro, que

que utiliza a técnica de estimular políticas. Em minha turma estava infiltrado propositalmente um agente político de nome Valdemar Castilho. Ele é secretário, dedo-duro, metido no meio da turma para fazer relatórios minuciosos sobre cada um e sobre tudo o que se falava. Fizemos a denúncia desse fato lá em Front Royal. Imediatamente o William Doherty chamou o Helcio Manguezonni aos Estados Unidos.

No Brasil, o IADESIL age estreitamente vinculado a algumas federações, através de determinados indivíduos. Em cada estado ela tem os seus agentes.

Já fora dos Estados Unidos, existe a FITIM (Federação Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas). Participou do 24º Congresso da FITIM em Estocolmo, em 1974. Eugen Lodere, seu presidente, esteve no Brasil em 74. Curiosamente a atuação dele no Brasil se prendeu a visitas às multinacionais alemãs, tais como a Mannesmann, a Volks, ou a Pöhlig Haackel. Depois é que ele fez um breve recuado com um grupo de sindicalistas. Ele veio aqui para verificar os interesses das firmas que ele visitou. A FITIM faz o jogo do grande capital alemão, principalmente, canadense e de alguns outros países europeus, além da Alemanha.

Aos poucos, as próprias confederações sindicais brasileiras, dirigidas por pelegos e funcionários que passaram pelos cursos nos Estados Unidos, estão assumindo o Instituto Cultural do Trabalho e ajudando na sua sustentação financeira.

Eu fiz esse curso em Front Royal. O objetivo do curso é um só: nada mais nada menos do que identificação de cada participante. É feito o perfil político e ideológico - a ficha de cada participante. Isso naturalmente é entregue ao governo brasileiro. O interesse maior dele, ao lado de preparar seus próprios quadros, é de anular as lideranças sindicais autênticas.

Participar e verificou que de solidariedade, com o sentido de fortalecer o movimento sindical a nível internacional, não existe nada.

Um outro curso é dirigido por um professor argentino, Rotondaro, que

que utiliza a técnica de estimular políticas. Em minha turma estava infiltrado propositalmente um agente político de nome Valdemar Castilho. Ele é secretário, dedo-duro, metido no meio da turma para fazer relatórios minuciosos sobre cada um e sobre tudo o que se falava. Fizemos a denúncia desse fato lá em Front Royal. Imediatamente o William Doherty chamou o Helcio Manguezonni aos Estados Unidos.

No Brasil, o IADESIL age estreitamente vinculado a algumas federações, através de determinados indivíduos. Em cada estado ela tem os seus agentes.

Já fora dos Estados Unidos, existe a FITIM (Federação Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas). Participou do 24º Congresso da FITIM em Estocolmo, em 1974. Eugen Lodere, seu presidente, esteve no Brasil em 74. Curiosamente a atuação dele no Brasil se prendeu a visitas às multinacionais alemãs, tais como a Mannesmann, a Volks, ou a Pöhlig Haackel. Depois é que ele fez um breve recuado com um grupo de sindicalistas. Ele veio aqui para verificar os interesses das firmas que ele visitou. A FITIM faz o jogo do grande capital alemão, principalmente, canadense e de alguns outros países europeus, além da Alemanha.

Aos poucos, as próprias confederações sindicais brasileiras, dirigidas por pelegos e funcionários que passaram pelos cursos nos Estados Unidos, estão assumindo o Instituto Cultural do Trabalho e ajudando na sua sustentação financeira.

Eu fiz esse curso em Front Royal. O objetivo do curso é um só: nada mais nada menos do que identificação de cada participante. É feito o perfil político e ideológico - a ficha de cada participante. Isso naturalmente é entregue ao governo brasileiro. O interesse maior dele, ao lado de preparar seus próprios quadros, é de anular as lideranças sindicais autênticas.

Participar e verificou que de solidariedade, com o sentido de fortalecer o movimento sindical a nível internacional, não existe nada.

Um outro curso é dirigido por um professor argentino, Rotondaro, que

que utiliza a técnica de estimular políticas. Em minha turma estava infiltrado propositalmente um agente político de nome Valdemar Castilho. Ele é secretário, dedo-duro, metido no meio da turma para fazer relatórios minuciosos sobre cada um e sobre tudo o que se falava. Fizemos a denúncia desse fato lá em Front Royal. Imediatamente o William Doherty chamou o Helcio Manguezonni aos Estados Unidos.

No Brasil, o IADESIL age estreitamente vinculado a algumas federações, através de determinados indivíduos. Em cada estado ela tem os seus agentes.

Já fora dos Estados Unidos, existe a FITIM (Federação Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas). Participou do 24º Congresso da FITIM em Estocolmo, em 1974. Eugen Lodere, seu presidente, esteve no Brasil em 74. Curiosamente a atuação dele no Brasil se prendeu a visitas às multinacionais alemãs, tais como a Mannesmann, a Volks, ou a Pöhlig Haackel. Depois é que ele fez um breve recuado com um grupo de sindicalistas. Ele veio aqui para verificar os interesses das firmas que ele visitou. A FITIM faz o jogo do grande capital alemão, principalmente, canadense e de alguns outros países europeus, além da Alemanha.

Aos poucos, as próprias confederações sindicais brasileiras, dirigidas por pelegos e funcionários que passaram pelos cursos nos Estados Unidos, estão assumindo o Instituto Cultural do Trabalho e ajudando na sua sustentação financeira.

Eu fiz esse curso em Front Royal. O objetivo do curso é um só: nada mais nada menos do que identificação de cada participante. É feito o perfil político e ideológico - a ficha de cada participante. Isso naturalmente é entregue ao governo brasileiro. O interesse maior dele, ao lado de preparar seus próprios quadros, é de anular as lideranças sindicais autênticas.

Participar e verificou que de solidariedade, com o sentido de fortalecer o movimento sindical a nível internacional, não existe nada.

Um outro curso é dirigido por um professor argentino, Rotondaro, que

## João Paulo garante que a CIA quer anular líderes autênticos

que utiliza a técnica de estimular políticas. Em minha turma estava infiltrado propositalmente um agente político de nome Valdemar Castilho. Ele é secretário, dedo-duro, metido no meio da turma para fazer relatórios minuciosos sobre cada um e sobre tudo o que se falava. Fizemos a denúncia desse fato lá em Front Royal. Imediatamente o William Doherty chamou o Helcio Manguezonni aos Estados Unidos.

No Brasil, o IADESIL age estreitamente vinculado a algumas federações, através de determinados indivíduos. Em cada estado ela tem os seus agentes.

Já fora dos Estados Unidos, existe a FITIM (Federação Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas). Participou do 24º Congresso da FITIM em Estocolmo, em 1974. Eugen Lodere, seu presidente, esteve no Brasil em 74. Curiosamente a atuação dele no Brasil se prendeu a visitas às multinacionais alemãs, tais como a Mannesmann, a Volks, ou a Pöhlig Haackel. Depois é que ele fez um breve recuado com um grupo de sindicalistas. Ele veio aqui para verificar os interesses das firmas que ele visitou. A FITIM faz o jogo do grande capital alemão, principalmente, canadense e de alguns outros países europeus, além da Alemanha.

Aos poucos, as próprias confederações sindicais brasileiras, dirigidas por pelegos e funcionários que passaram pelos cursos nos Estados Unidos, estão assumindo o Instituto Cultural do Trabalho e ajudando na sua sustentação financeira.

Eu fiz esse curso em Front Royal. O objetivo do curso é um só: nada mais nada menos do que identificação de cada participante. É feito o perfil político e ideológico - a ficha de cada participante. Isso naturalmente é entregue ao governo brasileiro. O interesse maior dele, ao lado de preparar seus próprios quadros, é de anular as lideranças sindicais autênticas.

Participar e verificou que de solidariedade, com o sentido de fortalecer o movimento sindical a nível internacional, não existe nada.

Um outro curso é dirigido por um professor argentino, Rotondaro, que

que utiliza a técnica de estimular políticas. Em minha turma estava infiltrado propositalmente um agente político de nome Valdemar Castilho. Ele é secretário, dedo-duro, metido no meio da turma para fazer relatórios minuciosos sobre cada um e sobre tudo o que se falava. Fizemos a denúncia desse fato lá em Front Royal. Imediatamente o William Doherty chamou o Helcio Manguezonni aos Estados Unidos.

No Brasil, o IADESIL age estreitamente vinculado a algumas federações, através de determinados indivíduos. Em cada estado ela tem os seus agentes.

Já fora dos Estados Unidos, existe a FITIM (Federação Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas). Participou do 24º Congresso da FITIM em Estocolmo, em 1974. Eugen Lodere, seu presidente, esteve no Brasil em 74. Curiosamente a atuação dele no Brasil se prendeu a visitas às multinacionais alemãs, tais como a Mannesmann, a Volks, ou a Pöhlig Haackel. Depois é que ele fez um breve recuado com um grupo de sindicalistas. Ele veio aqui para verificar os interesses das firmas que ele visitou. A FITIM faz o jogo do grande capital alemão, principalmente, canadense e de alguns outros países europeus, além da Alemanha.

Aos poucos, as próprias confederações sindicais brasileiras, dirigidas por pelegos e funcionários que passaram pelos cursos nos Estados Unidos, estão assumindo o Instituto Cultural do Trabalho e ajudando na sua sustentação financeira.

Eu fiz esse curso em Front Royal. O objetivo do curso é um só: nada mais nada menos do que identificação de cada participante. É feito o perfil político e ideológico - a ficha de cada participante. Isso naturalmente é entregue ao governo brasileiro. O interesse maior dele, ao lado de preparar seus próprios quadros, é de anular as lideranças sindicais autênticas.

Participar e verificou que de solidariedade, com o sentido de fortalecer o movimento sindical a nível internacional, não existe nada.

Um outro curso é dirigido por um professor argentino, Rotondaro, que

que utiliza a técnica de estimular políticas. Em minha turma estava infiltrado propositalmente um agente político de nome Valdemar Castilho. Ele é secretário, dedo-duro, metido no meio da turma para fazer relatórios minuciosos sobre cada um e sobre tudo o que se falava. Fizemos a denúncia desse fato lá em Front Royal. Imediatamente o William Doherty chamou o Helcio Manguezonni aos Estados Unidos.

No Brasil, o IADESIL age estreitamente vinculado a algumas federações, através de determinados indivíduos. Em cada estado ela tem os seus agentes.

Já fora dos Estados Unidos, existe a FITIM (Federação Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas). Participou do 24º Congresso da FITIM em Estocolmo, em 1974. Eugen Lodere, seu presidente, esteve no Brasil em 74. Curiosamente a atuação dele no Brasil se prendeu a visitas às multinacionais alemãs, tais como a Mannesmann, a Volks, ou a Pöhlig Haackel. Depois é que ele fez um breve recuado com um grupo de sindicalistas. Ele veio aqui para verificar os interesses das firmas que ele visitou. A FITIM faz o jogo do grande capital alemão, principalmente, canadense e de alguns outros países europeus, além da Alemanha.

Aos poucos, as próprias confederações sindicais brasileiras, dirigidas por pelegos e funcionários que passaram pelos cursos nos Estados Unidos, estão assumindo o Instituto Cultural do Trabalho e ajudando na sua sustentação financeira.

Eu fiz esse curso em Front Royal. O objetivo do curso é um só: nada mais nada menos do que identificação de cada participante. É feito o perfil político e ideológico - a ficha de cada participante. Isso naturalmente é entregue ao governo brasileiro. O interesse maior dele, ao lado de preparar seus próprios quadros, é de anular as lideranças sindicais autênticas.

Participar e verificou que de solidariedade, com o sentido de fortalecer o movimento sindical a nível internacional, não existe nada.

Um outro curso é dirigido por um professor argentino, Rotondaro, que

que utiliza a técnica de estimular políticas. Em minha turma estava infiltrado propositalmente um agente político de nome Valdemar Castilho. Ele é secretário, dedo-duro, metido no meio da turma para fazer relatórios minuciosos sobre cada um e sobre tudo o que se falava. Fizemos a denúncia desse fato lá em Front Royal. Imediatamente o William Doherty chamou o Helcio Manguezonni aos Estados Unidos.

No Brasil, o IADESIL age estreitamente vinculado a algumas federações, através de determinados indivíduos. Em cada estado ela tem os seus agentes.

Já fora dos Estados Unidos, existe a FITIM (Federação Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas). Participou do 24º Congresso da FITIM em Estocolmo, em 1974. Eugen Lodere, seu presidente, esteve no Brasil em 74. Curiosamente a atuação dele no Brasil se prendeu a visitas às multinacionais alemãs, tais como a Mannesmann, a Volks, ou a Pöhlig Haackel. Depois é que ele fez um breve recuado com um grupo de sindicalistas. Ele veio aqui para verificar os interesses das firmas que ele visitou. A FITIM faz o jogo do grande capital alemão, principalmente, canadense e de alguns outros países europeus, além da Alemanha.

Aos poucos, as próprias confederações sindicais brasileiras, dirigidas por pelegos e funcionários que passaram pelos cursos nos Estados Unidos, estão assumindo o Instituto Cultural do Trabalho e ajudando na sua sustentação financeira.

Eu fiz esse curso em Front Royal. O objetivo do curso é um só: nada mais nada menos do que identificação de cada participante. É feito o perfil político e ideológico - a ficha de cada participante. Isso naturalmente é entregue ao governo brasileiro. O interesse maior dele, ao lado de preparar seus próprios quadros, é de anular as lideranças sindicais autênticas.

Participar e verificou que de solidariedade, com o sentido de fortalecer o movimento sindical a nível internacional, não existe nada.

Um outro curso é dirigido por um professor argentino, Rotondaro, que

que utiliza a técnica de estimular políticas. Em minha turma estava infiltrado propositalmente um agente político de nome Valdemar Castilho. Ele é secretário, dedo-duro, metido no meio da turma para fazer relatórios minuciosos sobre cada um e sobre tudo o que se falava. Fizemos a denúncia desse fato lá em Front Royal. Imediatamente o William Doherty chamou o Helcio Manguezonni aos Estados Unidos.

No Brasil, o IADESIL age estreitamente vinculado a algumas federações, através de determinados indivíduos. Em cada estado ela tem os seus agentes.

Já fora dos Estados Unidos, existe a FITIM (Federação Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas). Participou do 24º Congresso da FITIM em Estocolmo, em 1974. Eugen Lodere, seu presidente, esteve no Brasil em 74. Curiosamente a atuação dele no Brasil se prendeu a visitas às multinacionais alemãs, tais como a Mannesmann, a Volks, ou a Pöhlig Haackel. Depois é que ele fez um breve recuado com um grupo de sindicalistas. Ele veio aqui para verificar os interesses das firmas que ele visitou. A FITIM faz o jogo do grande capital alemão, principalmente, canadense e de alguns outros países europeus, além da Alemanha.

Aos poucos, as próprias confederações sindicais brasileiras, dirigidas por pelegos e funcionários que passaram pelos cursos nos Estados Unidos, estão assumindo o Instituto Cultural do Trabalho e ajudando na sua sustentação financeira.

Eu fiz esse curso em Front Royal. O objetivo do curso é um só: nada mais nada menos do que identificação de cada participante. É feito o perfil político e ideológico - a ficha de cada participante. Isso naturalmente é entregue ao governo brasileiro. O interesse maior dele, ao lado de preparar seus próprios quadros, é de anular as lideranças sindicais autênticas.

Participar e verificou que de solidariedade, com o sentido de fortalecer o movimento sindical a nível internacional, não existe nada.

Um outro curso é dirigido por um professor argentino, Rotondaro, que

que utiliza a técnica de estimular políticas. Em minha turma estava infiltrado propositalmente um agente político de nome Valdemar Castilho. Ele é secretário, dedo-duro, metido no meio da turma para fazer relatórios minuciosos sobre cada um e sobre tudo o que se falava. Fizemos a denúncia desse fato lá em Front Royal. Imediatamente o William Doherty chamou o Helcio Manguezonni aos Estados Unidos.

No Brasil, o IADESIL age estreitamente vinculado a algumas federações, através de determinados indivíduos. Em cada estado ela tem os seus agentes.

Já fora dos Estados Unidos, existe a FITIM (Federação Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas). Participou do 24º Congresso da FITIM em Estocolmo, em 1974. Eugen Lodere, seu presidente, esteve no Brasil em 74. Curiosamente a atuação dele no Brasil se prendeu a visitas às multinacionais alemãs, tais como a Mannesmann, a Volks, ou a Pöhlig Haackel. Depois é que ele fez um breve recuado com um grupo de sindicalistas. Ele veio aqui para verificar os interesses das firmas que ele visitou. A FITIM faz o jogo do grande capital alemão, principalmente, canadense e de alguns outros países europeus, além da Alemanha.

# A rotina terrorista em BH: mais 3 bombas.

**A potência explosiva dos atentados aumentou. E agora está visando diretamente as pessoas ligadas ao movimento oposicionista. O risco de ferimentos graves e até mesmo de morte é evidente.**

A explosão de bombas terroristas da extrema direita começa a virar rotina em Belo Horizonte. Esta semana, em pouco mais de 24 horas, outras três foram lançadas contra os movimentos oposicionistas, sem que as autoridades esboçassem qualquer medida para apurar as responsabilidades.

O MAC e o GAC, Movimento Anti Comunista e o Grupo Anti Comunista, participaram para atentados cujos riscos de causar ferimento grave e até mesmo morte são evidentes. O ataque dirige-se agora diretamente contra pessoas e não apenas prédios ou instalações utilizadas pelos setores de oposição.



O primeiro atentado da nova série foi praticado na noite do dia 12, terça-feira, quando realizava-se um encontro para debater Direitos Humanos e exigir a libertação do estudante pernambucano Cajá, no auditorio do colégio Sto Agostinho. Participava entre outros, o professor Edgar da Matta Machado, ex-deputado federal cassado e pensador católico. O petardo estourou no sanitário masculino, quebrou vidros das janelas e arremessou a porta do banheiro a mais de cinco metros.

A explosão, danificou inteiramente os vidros de uma das fachadas da igreja. Colocada no Centro Social da paróquia, a bomba apresentou potência tal que seguramente mataria alguma pessoa que estivesse próxima ao local.

Não é a primeira vez que a direita terrorista ataca a igreja de São Francisco das Chagas. No dia 28 de março desse ano, o Dia Nacional de Luta, em homenagem ao estudante Edson Luis, assassinado pela

polícia, no Rio, em 28 de março de 68, o GAC e o Mac lançaram também um petardo e chegaram a fazer panfletagem.

## Advogado atacado

O terceiro atentado foi praticado contra o advogado mineiro Geraldo Magela. A 1 h da madrugada do dia 13, os terroristas colocaram bomba de grande potência sob o motor da Brasília AW 8244, pertencente ao advogado, e estacionada em frente ao prédio da rua Amaro Lanari 139, onde reside.

A explosão danificou o carro e quebrou todos os vidros das janelas do prédio onde reside Geraldo Magela. Uma criança foi atingida por um estilhaço de vidro e sofreu pequeno corte numa perna. Todos os vizinhos saíram imediatamente para a rua assim que sentiram o estouro.

Alguns comentavam que a sensação era de que o prédio estava desabando. O comentário acerca do ocorrido era um só: "isso é coisa do GAC".

De fato, tornaram-se coisa conhecida na cidade as ações do GAC e do MAC, devido à frequência dos atentados a população, noticiados através da imprensa, a dos Atos Públicos de repúdio ao terror.

A solidariedade dos vizinhos ao advogado Geraldo Magela se deu, inclusive, no plano da concordância com as atividades por ele desempenhadas na cidade, por ser ele o advogado que assume as causas de defesa de presos políticos, e entidades estudantis e por estar participando ativamente na luta pelas liberdades democráticas.

Uma mulher que reside no mesmo prédio comentava que "a TFP está por trás disso". Certo ou errado, o fato é que dessa vez a sigla da TFP aparecia em companhia do GAC e do MAC, que reivindicaram a autoria do atentado à igreja de São Francisco das Chagas. É sabido que os militantes da TFP assumem a ideologia da extrema-direita e que a organização TFP inclui o adestramento militar dos membros da seita como condição para dela participarem. No entanto, a sigla TFP pode ter sido colocada no boletim deixado na igreja de São Francisco como manobra diversionista do GAC, grupo que será objetivo da investigação a ser aberta brevemente através da Promotoria Pública, que para tal já nomeou um Procurador Especial para investigar o terrorismo do GAC e do MAC em Minas Gerais.

A TFP, entretanto, soltou nota desmentindo a hipótese de ligação da entidade com o atentado. "O desmentido se torna indispensável a fim de atalhar as explorações que forçosamente as esquerdas, sistemáticas detratadoras da TFP, tentarão fazer do episódio", explicou a TFP. Mas não precisava, as "esquerdas" só queriam entender...

# Polícia no comício

**O regime acaba de dar mostras de como pretende controlar a campanha eleitoral para renovação do legislativo, especialmente as mobilizações de massa, como os comícios: com as tropas na rua. Foi assim em Salvador, na abertura da campanha do MDB.**

Decididamente, a oposição terá, no decurso de sua campanha eleitoral, de ter a consciência de que o Governo não hesitará, em nenhum momento, em usar dois pesos e duas medidas. A abertura da campanha oposicionista em Salvador foi uma das provas mais vivas desse comportamento, a indicar quais as dificuldades que o MDB enfrentará até 15 de novembro para fazer a sua propaganda.

Preocupado com a repercussão positiva que um comício do MDB poderia ter se fosse realizado no Campo Grande, um dos pontos mais centrais da cidade, o pedido do partido da oposição para abrir a sua campanha naquele largo, onde, aliás se localiza a sua sede, foi negado. Mas, claro, o argumento foi outro: ali estavam-se realizando comemorações alusivas à Semana da Pátria e por isso não era possível. E o comício foi jogado para um bairro distante do Centro, a Lapinha.

Antes da realização do comício, no dia 9 de setembro, o coronel Filadelfo Damasceno, já famoso por suas estrepitosas represálias em cima dos estudantes e mesmo em cima do próprio MDB, foi para a televisão "avisar" que a manifestação teria toda a segurança por parte da Polícia Militar, já que era um ato "plenamente legalizado". Mas - e o "mas" é sempre importante - que não se tentasse sair em passeata porque isso "era proibido".

Com efeito, o zelo da Polícia Militar até excedeu às expectativas. Ninguém acreditava que em torno do comício não houvesse a "segurança" da PM, mas talvez não se imaginasse que o aparato fosse, novamente, tão intimidador. Além dos caminhões lotados de soldados nas proximidades, a presença do próprio coronel Damasceno nas cercanias, dos guardas de trânsito que impediam até a diminuição da marcha dos carros que passavam pelo Largo da Lapinha, onde foi realizada a manifestação, caminhões cheios de soldados se escondiam em outros pontos estratégicos, "prontos para qualquer eventualidade".

Esse aparato bélico foi definido pelo coronel Damasceno, contra quem se fala que até o governador Roberto Santos tem reservas, como "um policiamento de rotina reforçado", definição acompanhada de um breve sorriso de ironia. Certamente, o espetacular esquema do coronel conseguiu, de alguma maneira, diminuir a presença do público no comício da oposição, que contou com cerca de 800 pessoas, a maioria delas constituída de estudantes e profissionais liberais. A população do bairro esquivou-se de comparecer depois de ver a presença de tanta polícia.

De qualquer forma, o comício foi importante e pode marcar uma virada no comportamento do partido da oposição na Bahia. Se o MDB insistir na realização de manifestações desse tipo poderá ir rompendo com as limitações que o Governo faz questão de impor a cada momento.

O comício contou com a participação de várias delegações de entidades ligadas à anistia, que nos dois dias anteriores haviam realizado o Encontro Nacional dos Movimentos pela Anistia.

Paradoxalmente - mas representando um fato importante - a maioria dos oradores era constituída por candidatos populares, a indicar uma mudança na orientação do MDB baiano, até hoje controlado pelos adesistas e sob a batuta do sr. Ney Ferreira, trucuento amigo do governo investido do mandato de deputado federal pelo MDB. As razões dessa atitude ainda não são claras, mas, certamente os novos ventos de abertura e sobretudo o avanço da luta dos setores populares têm feito com que os adesistas radicalizem em busca de apoio eleitoral sob a legenda do partido oposicionista.

A tônica do comício esteve na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, tendo falado vários representantes dos Movimentos Femininos pela Anistia e do Comitê Brasileiro pela Anistia. O advogado Adelfo Oliveira, candidato a deputado estadual pelo MDB, após declarar que "estamos cercados num acinte à manifestação dos trabalhadores e do povo", afirmou que "é preciso que o governo adeste os seus cães e os seus cavalos para combater a corrupção que existe dentro dele mesmo". E que desejava ver o Presidente da República naquela praça para ver se ele poderia responder "à exigência do povo brasileiro que é a anistia".

Falaram ainda Celso Dourado, Filemon Matos, Domingos Leonelli, Carlos Abreu, todos candidatos à Assembleia Legislativa pelo MDB baiano. Tais pronunciamentos, como o do candidato ao Senado pelo MDB, Newton Macedo Campos, giraram em torno da condenção do caráter autoritário do regime instaurado em 1964 e da necessidade da mobilização e organização popular "como maneira de conquistar as liberdades democráticas no País". O economista Rômulo Almeida, também candidato ao Senado pelo MDB, não esteve presente, mas mandou uma mensagem, onde afirmava que "É a hora de o povo se organizar livremente, fortalecer-se em suas associações e sindicatos, pois a história tem demonstrado que as transformações só se concretizam quando geradas a partir das bases".

(Sucursal de Salvador)

# As regras do jogo

**"Corrida de obstáculos" é um jogo que conjuga raciocínio, organização e prática política. Pode ser jogado com dados (vide item 4). Dispensam-se fichas, principalmente as policiais. Não há restrições quanto ao número de participantes e cada jogador terá direito a quantos lances quiser, desde que faça de modo conjunto e consciente. Observação: não nos responsabilizamos pela alteração do produto. Uma confecção do Grupo Mineiro de Desenho, GMD.**

- 2 - Apesar das informações de que o alfaiate da casa "Tesoura de Aço" é lento mas seguro, você nota que as reformas que ele quer fazer na sua rua são tão invisíveis que elas continuarão o mesmo trapo. Um conselho: mudar de alfaiate é pouco; mudar de alfaiataria...
- 4 - Agora você está brincando com os dados estatísticos. Perdão leitor, os dados estatísticos é que estão brincando com você. No final das contas você foi enganado em 24,1% a mais que no ano passado. Com expressão abatida, verifique se ainda resta um pouco de cinto no meio de tantos furos.
- 7 - Um certo ministro muito lacônico nas entrevistas inventou a fórmula do povo indireto e prefere as campanhas políticas nostálgicas. Enquanto isso, na TV, filas imensas de candidatos relembram em silêncio os velhos bons tempos e sorriem discretamente para você.
- 8 - Um pacote inusitado antecipa o futo do "Times", de Londres, e cria, um ano antes, o senador de proveta à brasileira. Decepcionado, você verifica que o que é bom para a Inglaterra nem sempre é bom para o Brasil...
- 10 - Documentos! Você caiu num quadrinho de segurança nacional. Fique dez jogadas incomunicável. Ao voltar, se voltar, cuidado para não ser atropelado por veículo não identificado.
- 12 - O editorial de um vetusto matutino carioca aconselha os pais a manterem os seus filhos em casa, para livrá-los de todo o comunismo, amém. Mude de jornal e repita comigo três vezes: PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS!
- 13 - No dia seguinte, outro editorial do mesmo jornal saúda a ação saneadora da polícia. Ele bem que avisou que você teria terríveis dores de cabeça; só não disse que seriam causadas por instrumento contundente. Avance o mais rápido possível.
- 15 - Este é um quadrinho de exceção. Se você pensou em entrar em greve, lembre-se: existem 477 maneiras de se aplicar o AI-5 em 228 pessoas diferentes. Avance dois quadrinhos assoviando e olhando para os lados.
- 18 - Um conhecido general de pijama reaparece na cena política após estágio com o flautista de Hamelin. Os ratos, a princípio inebriados pela melodia, aos poucos retornam à alfaiataria "Tesoura de Aço". Tampe os ouvidos, arme as raquetes e siga em frente (cuidado com similares).
- 19 - Você dá de cara com um eminente líder da oposição, distribuindo legendas eleitorais para uma seleta freguesia. Passe 10 jogadas perguntando: "O que eles têm que eu não tenho?". Se conseguir responder, avance para o quadrinho seguinte.
- 21 - Quando para liberar aquele seu processo, antes de 1984, alguém sugerir que uns Cr\$ 15.000,00 ajudariam bastante, não estranhe nem tire conclusões precipitadas. Caso contrário um cavaleiro de linguajar franco e direto vai gritar a você: "Corrupto é a mãe". Avance como se nada houvesse acontecido e, despidadamente, entregue todo mundo a um jornal da imprensa independente.
- 22 - Você tirou o primeiro lugar no concurso nacional de teatro. Todo mundo reconheceu a profundidade do seu trabalho, inclusive a censura. Passe as próximas vinte jogadas procurando a sua peça nas gavetas do Serviço Nacional de Teatro.
- 24 - A censura está acabando. Pena que o seu show que denunciava tudo teve a verba cortada. Mas não se exalte se aquele cineasta conseguiu Cr\$ 1.000.000.000,64 para fazer um curta metragem sobre o maior estadista do século. Amigo é prá essas coisas.
- 26 - Parabéns! Você é candidato a deputado. No entanto, ao comparar o orçamento de sua campanha (Cr\$ 500.000,00) com seu saldo bancário (Cr\$ 630,00), você percebe um déficit de Cr\$ 499.370,00. Coce a cabeça e desconfie bastante de seu direito à participação política. Passe o chapéu à roda e avance.

- 27 - Qual não foi a sua surpresa ao notar a semelhança entre o bonequinho daquele show de ventríloquos e o Ary Campista! Conclua rapidamente este raciocínio e vire a mesa. Avance dois quadrinhos.
- 29 - Seu salário mensal dá exatamente para duas médias com pão e manteiga por dia. Passe as próximas quinhentas jogadas fazendo hora-extra ou avance três quadrinhos exigindo melhores condições de vida e trabalho.

- 31 - Cada vez que a Fundação Getúlio Vargas divulga o índice inflacionário do mês, você fica mais impressionado com as possibilidades da matemática. Não tente entender os cálculos. Aliás, esses cálculos não são da sua conta; a conta é do ministro. Bote a boca no trombone, avance dois quadrinhos e ingresse no movimento do custo de vida.
- 35 - A aparência tranquila da cerca de arame

- farpa é enganosa. Senhores armados de bom senso e metralhadoras o convenceram delicadamente a mudar-se para São Paulo. Fique trinta jogadas procurando emprego na construção civil.
- 38 - Você era empregado de uma multinacional e seu salário não dava. Descobriu que era uma vítima do Imperialismo e, indignado, mudou de emprego. Agora estão te explorando à moda da casa. Sorria amarelo, faça o teste da janela. Vê

- alguma diferença? Reveja sua posição e siga adiante.
- 39 - Se você chegou até aqui, muito bem: adquiriu a experiência necessária para continuar sem as dicas. Estamos com você!

(O GMD é composto por: Arnold, Aroeira, Druma, Filó, Hamilton, Levi, Marília, Nilson, Paula, Paulo, Regina e Silvinha.)







# "Negros de todo Brasil, uni-vos!"

Centros de luta negra de São Paulo, Rio, Bahia, Minas e Espírito Santo reuniram-se no último fim de semana, em torno do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Do encontro, além de um programa de atividades comuns, saiu a posição do Movimento frente a eleições de 15 de novembro.

Os dias 9 e 10 de setembro foram um fim de semana de trabalho intenso para aqueles que atualmente são os que mais se dedicam pela causa do povo negro no Brasil, vale dizer, por um setor que hoje leva adiante a causa dos oprimidos e explorados na sociedade brasileira.

Marcou-se o fim de semana pela realização de um encontro nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, no Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, no Rio de Janeiro, e que no horário de pico do sábado chegou a contar com cerca de 300 pessoas.

Foram passados informes da situação do Movimento Unificado nos diversos Estados, através de entidades, centros de luta (mais de três indivíduos que se reúnem para atuar juntos) e pessoas (até o momento de participarem ou formarem centros de lutas). Já antes do encontro, existiam coordenações do Movimento em São Paulo, no Rio e na Bahia - que hoje se coloca como polo mais dinâmico da luta negra.

Estiveram presentes na reunião do Rio, além das cidades, delegações de Minas Gerais e Espírito Santo, Estados onde o movimento ainda se articula para uma organização. As principais atividades que se seguiram à reunião interestadual anterior, dia 23 de julho último, em São Paulo, pautaram-se por denúncias de repressão e da morte de um

negro num bairro popular da Bahia, debates da questão racial no Festival das Culturas Negras, conscientização das mulheres negras e crianças na periferia.

Entre as entidades e grupos que já integram o Movimento na Bahia estão o Palmares de Zanon, Grupo Malé, Núcleo Grupo Negro, Grupo Negro e centros de lutas em fase de formação.

No Rio de Janeiro foram feitas denúncias de assassinatos e queima de barracos na Cidade de Deus, propondo-se a criação de centros de luta no morro, no meio artístico e no meio estudantil, debates e contatos com negros americanos no próximo Festival de Culturas Negras, participação em entidades como a Escola de Samba Quilombo, IPCN, CERBA, Centro de Luta Força Negra, Centro de Luta Santo Amaro, Jornal Sinba, Afro Latino América (Rio de Janeiro).

Em São Paulo, a atividade mais relevante do Movimento vem sendo a luta pela continuidade da posse de terra da comunidade negra de Cafundó, em Sorocaba, que vem sendo ameaçada e sofrendo pressões constantes por parte de latifundiários. Além disso, há articulações em Campinas, São Carlos, Piracicaba e Ribeirão Preto. As entidades paulistas que integram o Movimento são as seguintes: CECAN, Associa-

ção Brasil Jovem, ACBB, Centro de Luta Decisão, Centro de Luta 25 de Janeiro, Centro Tendência Pró Juventude Negra, Centro de Luta dos Professores, Grupo Afro Latino América-SP.

## "Voto racial"

Durante a reunião do Rio foi também tirada a posição do Movimento Unificado em relação as eleições parlamentares de novembro, quando se aprovou o "voto racial", assim considerado não apenas o voto em candidatos de pele e traços negros, mas em candidatos que tenham em programa negro, isto é, que assumam a síntese e a essência do programa mínimo do Movimento.

Além dos Estatutos, a reunião aprovou ainda a criação de uma Comissão Executiva Nacional, uma Carta de Princípios e um Programa Mínimo. Numa só votação houve consenso, mas democraticamente venceram as maiores. Ficou claro que no Movimento existem correntes em divergência, tanto que não faltaram críticas a sua atual estruturação. A Bahia foi fixada como sede da próxima reunião nacional, nos primeiros dias de novembro, quando se tratará da imprensa negra (boletins e jornais do Movimento) e de atividades e manifestações na semana de Zumbi. (Wilson Prudente)



JESSE CARLOS

## Programa Mínimo do Movimento Unificado

Em assembléa geral, os participantes do encontro nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial aprovaram no último domingo um Programa Mínimo, que define os pontos principais de sua luta. Abaixo, a íntegra do documento:

1 - **Contra a discriminação racial (em geral)**  
Contra a marginalização do negro.  
Por mais oportunidades de trabalho ao negro.  
Contra a perseguição racial no trabalho.  
Contra o desemprego.  
Contra o sub-emprego.

Por melhores condições de vida.  
Pela criação de creches populares.  
Contra a carestia.  
Por melhor assistência médico-hospitalar.  
Por melhores condições habitacionais.

2 - **Contra a discriminação racial nas prisões.**  
Contra as condições sub-humanas de vida dos presidiários (negros na sua maioria).  
Pelo direito de organização dos presidiários.  
Contra as torturas nas prisões.  
Contra a censura nas prisões (cartas, livros, revistas e jornais etc).  
Por escolas nas prisões.  
Por prisões abertas e pela efetiva reintegração social dos presidiários.  
Contra a exploração do trabalho dos presidiários.  
Por melhores condições de recolhimento dos menores.  
3 - **Contra a discriminação racial nas escolas**  
Por melhores condições de ensino aos negros.  
Por um ensino voltado para os interesses e valores do povo negro.  
Por melhores condições de participação dos negros no esporte amador.  
Por mais vagas nas escolas públicas: municipais, estaduais e federais.  
Por mais bolsas de estudo.  
Por mais escolas técnicas e profissionais públicas.

Pelo ensino público e gratuito para todos em todos os níveis.  
4 - **Contra a comercialização, folclorização e distorção da cultura negra**  
Pela reavaliação do papel da cultura na História do Brasil.  
Pela inclusão da disciplina História da África nos currículos escolares.  
Pela participação dos negros na elaboração dos currículos escolares em todos os níveis e nos órgãos culturais.

Pela total liberdade de expressão e prática de religiões afro-brasileiras em todo o território nacional.  
Contra a colonização cultural.  
5 - **Contra as formas sistemáticas de opressão, perseguição e violência policiais nas favelas, alagados, cortiços, conjuntos habitacionais etc.**

6 - **Pelo direito do negro ao lazer**  
Contra a discriminação nos clubes, restaurantes, boites, hotéis, etc.  
Por mais quadras para escolas de samba, blocos e cordões carnavalescos.  
Pela criação de teatros e áreas de lazer na periferia.  
7 - **Pela participação da mulher negra na luta de emancipação do povo negro**  
Contra a exploração sexual, social e econômica da mulher negra.  
Contra a exploração e pela garantia das Leis Trabalhistas das empregadas domésticas.  
Contra o machismo.  
8 - **Pela solidariedade à luta internacional contra o racismo.**  
Solidariedade à luta de libertação dos povos da Namíbia, Zimbábue e África do Sul.

Pela formação do Comitê Anti-Apartheid.  
9 - **liberdade de organização e expressão do negro.**  
Contra a proibição de organização de entidades.  
Pela construção dos centros de luta nas escolas, fábricas, bairros, favelas e locais de trabalho.  
Pelo fortalecimento das entidades negras.  
Pela organização independente das entidades negras.  
Pela reconstrução da Imprensa Negra.  
Pelo direito de voto ao analfabeto.  
Por uma autêntica democracia racial.  
Pela libertação do povo negro.



De set<sup>a</sup> a dez<sup>a</sup>. As terças-feiras, de 20 às 23 horas. No Campus da PUC-SP - Inscrições: CEDEC - rua Monte Alegre, 977 - Fone: 263-02-11, ramal 362 das 14 às 21

# O poder psiquiátrico

Não basta substituir os diretores das instituições.

É preciso compreender também que a ideologia dominante da psiquiatria esconde as dimensões sociais das perturbações mentais, para as reduzir a uma problemática pessoal, privatizada; escamoteando assim as contradições sobre as quais se deveria intervir prioritariamente.

No início de setembro, lemos na "Folha de São Paulo" matéria de denúncia sobre as medidas repressoras adotadas pelo governo em cima das reivindicações dos psiquiatras do Rio de Janeiro, que ousaram questionar a realidade que os rodeia e exigir melhores condições de trabalho. A isso o governo, através da Divisão Nacional de Saúde Mental - DINSAM -, respondeu demitindo sumariamente 240 profissionais especializados.

Percebe-se o início de uma "caça às bruxas" por parte da atual direção da DINSAM e tem-se a impressão de que a solução estaria na substituição do atual diretor, Alberto Magalhães, por uma pessoa mais voltada para os processos de psicoterapia de grupo e experiência semelhantes.

Vale a pena aproveitar esta mesma denúncia para aprofundar a discussão em torno da questão da doença mental no Brasil. Acreditamos que o problema exige soluções muito mais profundas do que simples mudanças de pessoas nas direções das instituições ou mesmo de reformas no atual sistema psiquiátrico. É preciso ir mais ao fundo do poço.

Tanto é assim que, na faixa das intenções, o próprio governo é contraditório e - em alguns casos - admite e recomenda mudanças, adaptações, reformas, desde que o essencial permaneça como está.

Se não vejamos: ao mesmo tempo em que são demitidos sumaria e injustamente 240 psiquiatras (incômodos), o orçamento aprovado para este ano para assistência psiquiátrica na Previdência Social foi triplicado e a orientação do governo, de acordo com a Portaria nº 32/BSB do Ministério da Saúde, é "dar prioridade ao tratamento ambulatorial e a hospitalização curta..." e "incrementar a criação de unidades de saúde mental nas cidades com mais de 100 mil habitantes..."

Não se pode negar que este é um avanço em relação à situação anterior (?), onde a orientação era principalmente o internamento: em 1973, o INPS aplicou 97% do orçamento relativo à assistência psiquiátrica em "despesas hospitalares" e apenas 3% em "despesas de ambulatório" (vide "Assistência Psiquiátrica na Previdência Social" - MPAS Rio, 1975).

No entanto, como dissemos no início, essa mudança de orientação não passa de reformas, de adaptações do poder psiquiátrico burguês. É a reforma da psiquiatria não lida com o problema do saber e do poder psiquiátrico, apenas tem por objetivo a perpetuação do mesmo. Não modifica em nada a essência da ideologia e da prática psiquiátrica. Por que?

A ideologia dominante da psiquiatria, ao definir a "loucura" como uma "doença" (no sentido médico do termo) e ao difundir a idéia da "doença" como uma infelicidade que acontece por acaso aos indivíduos e não como - na sua



## Camisas de força

imensa maioria - uma consequência de uma situação sócio-econômica, esconde as dimensões sociais das perturbações psicológicas e outros comportamentos "desviantes", para as reduzir a uma problemática pessoal, privatizada, que apenas diz respeito à pessoa atingida.

## Poder psiquiátrico

Ao isolar os trabalhadores atingidos por problemas psíquicos, a classe dominante - através de seus prepostos armados do poder psiquiátrico - retira-lhes qualquer possibilidade de discussão coletiva do problema (com seus companheiros de vida e trabalho), o que poderia levar a uma tomada de consciência de classe - proletária - sobre o caráter social e político da "doença":

**descobrir**, por exemplo, a relação entre determinadas perturbações nervosas e as condições de trabalho na fábrica (ruidos excessivos, calor, vibração, etc); **descobrir** que, como ele, existem muitos outros trabalhadores sentindo as mesmas dificuldades - mas que as escondem sob pena de serem marginalizados e apelidados de "malucos"; **descobrir** que o sintoma ressentido é simplesmente um modo de dizer não às condições intoleráveis de trabalho ou de vida...

Em geral, as dificuldades crescem e o sofrimento se avoluma quando as contradições sociais são vividas isoladamente, são individualizadas como problemas pessoais, quando o sujeito se fecha num universo privado e perde a possibilidade de discutir e interpretar com os outros aquilo que o afeta ou preocupa.

Então vem o pedido de tratamento (os conselhos dos familiares, dos amigos: "você precisa ir a um médico"... "precisa se tratar") e a consequente confirmação por via médica de que o problema é "realmente" pessoal. O trabalhador incorpora as virtudes da assistência recebida e entra numa relação de dependência com o médico e com a instituição psiquiátrica, contribuindo - sem o saber - para sua perpetuação e justificando socialmente a sua existência.

Rinaldo Barros

## LITERATURA

# Contramemórias de Arari

Arari é um lugarejo, um ponto de referência, uma raiz que segura e amarra as dez histórias que Jesse Navarro Júnior utilizou para construir seu novo livro: "A **Voragem dos Moribundos**". Muitas histórias não se passam em Arari, o lugar não é sequer mencionado, mas está ao fundo, na origem e no fim, a marcar o destino de personagens que desfilam angústias e ideais, prepotência e romance por 126 páginas absorventes. Cem anos de Arari, do destino de Arari, os últimos quarenta ou cinquenta já decididos fora da pequena cidade, muito longe, na metrópole.

Seria então uma ficção histórica, no modelo de "Incidente em Antares", onde Arari é a comunidade que se contorce e aflige ao efeito das mudanças políticas e econômicas do país? Mas Arari não retrata a história de uma comunidade, são só pessoas gerações que peçam, e que passam imóveis, como se o mundo não as atingisse.

Então os cem anos de Arari seriam "Cem Anos de Solidão", cem anos presos a sua cultura, cem anos resistentes, grosseiros e puros, impermeáveis a si próprios, o grito anárquico de uma independência sem sentido? Mas Arari não conserva, nada há a conservar. Ela não muda e não conserva, não se reproduz e não desaparece. Arari, é cu-

rioso, transforma-se pelo imobilismo, modifica-se pela própria teimosia.

Pensemos em Arari como um romance e haverá ali uma mensagem desesperada: O último sobrevivente conforma-se e aliena-se, e o penúltimo, ao ser assassinado com seus sonhos, pensa em seu derradeiro trunfo, um filho não nascido mas que continuaria sua luta. Mas sabemos, desde a primeira história, que os filhos são traidores.

Pensemos em Arari como um livro de contos, e cada história se poetiza, se enche de um lirismo combativo, de esperança e desesperança. Estamos mortos, e no entanto é preciso continuar.

## Memórias de geração

Creio que Arari é tudo isto, pode ser tudo isto, porque Arari é antes de tudo um livro de memórias, memórias de uma geração que surge, se interessa e começa a participar por volta de 1960.

Jânio Quadros, campanha presidencialista, nacionalista, moralismo, Goulart, desenvolvimentismo, inflação, e uma geração chegando, começando a tomar suas posições. Uma geração que busca algo, mas não possui ainda a memória de uma

vivência. Em lugar de memória, Jorge Amado, Vinícius de Moraes, Geraldo Vandré, Sartre, por que não? Estórias, no lugar de memória.

Então, de repente, nada. A ordem de não ter nem construir memória e apagar as estórias: a ordem de anular-se. Mas é justamente aí que a memória vai surgir e do modo mais rude: os mortos longínquos das estórias pelos quais chorávamos justiça, passam a ser nossos próximos mortos, para os quais não pedimos nada.

"Y camifei, hijito, pero las calles se haviam quedado desiertas..." Dezoito anos e uma geração atinge a maioria (o livro de Jesse é uma prova disto). Uma geração que começou com as estórias sobre Arari e seus mortos distantes, e de modo brutal, viveu de repente Arari e hoje, adultecendo, prepara sua caminhada para o futuro, levando sua memória e carregando consigo seus mortos crianças.

E "repetirei sete vezes sete vezes a operação, antes de me ver num amplo pátio cheio de árvores. Um grande portão vigiado me separará da liberdade. Mas pularei o muro, embora com enorme dificuldade, num lugar bem distante do Guardião.

E ganharei o mundo".

Orlando Miranda



